

PLANO MUNICIPAL

PARA

A

INFÂNCIA

E A

ADOLESCÊNCIA



SANTOS

2023

(Revisão)



PLANO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (PMIA)

SANTOS

2014 – 2024

Versão revisada

Documento de correção da revisão do Plano Municipal para a Infância e Adolescência (2014-2024), monitorado pela Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança, da cidade de Santos, como parte dos requisitos para a continuidade nas demais etapas do programa, conforme adesão municipal no ano de 2021.

Santos/SP

2023

EXPEDIENTE

Prefeito Municipal Rogério Santos

ARTICULADORA MUNICIPAL

Suzete Faustina dos Santos – Chefe do Departamento de Direitos Humanos e da Cidadania

COORDENADORA MUNICIPAL

Maria do Carmo Sofia de Paula – Departamento de Direitos Humanos e da Cidadania

PRESIDENTE DO CMDCA

Filipe Augusto Rezende

COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA (PPAC)

I – Secretaria Municipal de Governo:

Titular: Simone Aquino de Carvalho;

Suplente: Caliane do Nascimento Barrozo Torres;

II – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: Danielle Prudente Duarte Rufino;

Suplente: Marceli Martins de Freitas;

III – Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Fabiana Riveiro de Moraes;

Suplente: Márcia Maria Sobreira do N. Sertório;

IV – Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Maida Colombo Foppa;

Suplente: Maria Anunciação de Jesus Lourenço;

V – Secretaria Municipal de Esportes:

Titular: Guilherme Manzano Barbosa;

Suplente: Vinicius Reberte de Almeida;

VI – Secretaria Municipal de Cultura:

Titular: Cristina de Almeida Vida Madeira Costa;

Suplente: Elizabeth dos Santos Tavares;

VII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: Fernanda de Souza Santos;

Suplente: Cláudia Diegues Krawczuk;

VIII – Conselho Tutelar do Município de Santos:

a) Conselho Tutelar da Zona Central – CTZC:

Titular: Luana Carolina Itagyba De Maria;

b) Conselho Tutelar da Zona Leste – CTZL:

Titular: Daniella Croce Ruas Paulo;

Suplente: Marcela de Almeida Santos Matias;

c) Conselho Tutelar da Zona Noroeste – CTZN:

Titular: Raphael Luiz Moura;

Suplente: Kaio César Pereira;

IX – Associação Comercial de Santos:

Titular: Elber Justo;

Suplente: Cláudio Oliveira;

X – Secretaria Municipal da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos:

Titular: Fernanda dos Santos Pereira;

Suplente: Gustavo Ignácio Prado;

COMITÊ MUNICIPAL DE APURAÇÃO DO ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE (OCA)

COORDENADOR

Robson Felix dos Santos (DEARTI)

MEMBROS

I – Secretaria Municipal de Governo:

Titular: Robson Felix dos Santos;

Suplente: Simone Ferreira Rufino;

II – Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Lia Corchs Carneiro;

Suplente: Gisele Lopes Nogueira Sodré;

III – Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Luis Trajano de Oliveira;

Suplente: José Rosatti Júnior;

IV – Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Jailson Caetano de Jesus;

Suplente: Daniela Gonçalves Godoy Moutinho;

V – Secretaria Municipal de Cultura:

Titular: Fábio Malacarne da Costa;

Suplente: Jether Lúcio Ribeiro Junior;

VI – Secretaria Municipal de Esportes:

Titular: Alex Lucas Couto;

Suplente: Cristian Nunes dos Santos;

VII – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente:

Titular: Sérgio Roberto Rodrigues;

Suplente: Simone Caetano Fernandes;

VIII - Secretaria de Desenvolvimento Social

Titular: Tássia Queiroz Prado

Suplente: Tiago Alves Coelho

IX - Secretaria de Planejamento e Inovação

Titular: Plínio Rolim de Aguiar Neto

Suplente: Rogério Rebelo Lima

COLABORAÇÃO

Departamento de Articulação (DEARTI)

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

FORMATAÇÃO E NORMATIZAÇÃO

Sandro da Silva Fonseca (DEARTI)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Região Metropolitana da Baixada Santista	14
Figura 2 - Visita técnica Hospital dos Estivadores - Eixo Saúde (março 2020)	21
Figura 3 – Visita técnica ao Instituto da Mulher/Programa Mãe Santista – Eixo Saúde (março 2020)	22
Figura 4- Visita Técnica ao Eixo Proteção Social - Casa das Anas (março 2020)	23
Figura 5 - Visita técnica ao Eixo Educação (março 2020)	23
Figura 6 - Reunião Intersetorial: Prefeito Paulo Alexandre, Secretários, Comissão PPAC e Fundação Abrinq	24
Figura 7 - Reinício das ações de monitoramento pós período crítico de Pandemia de Covid-19	25
Figura 8 - Reunião de apresentação das atualizações da revisão do PMIA	25
Figura 9 - Árvore de problema	27
Figura 10 - Pirâmide etária	29
Figura 11 - Censo demográfico	31
Figura 12 - Diagnóstico	32
Figura 13 - Renda média dos responsáveis	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Eventos realizados	20
Tabela 2 - População de crianças e adolescentes divididas por gênero	29
Tabela 3 - População abaixo da linha de pobreza	30
Tabela 4 - Indicador 1	34
Tabela 5 - Beneficiários do Programa Bolsa Família: Criança e Adolescente	34
Tabela 6 - Indicador 2	34
Tabela 7 - População beneficiária do Benefício da Prestação Continuada – BPC (Crianças e Adolesc.)	35
Tabela 8 - População indígena	35
Tabela 9 - Indicador 3	37
Tabela 10 - Indicador 4	37
Tabela 11 - Indicador 5	37
Tabela 12- Indicador 6	37
Tabela 13 - Indicador 7	38
Tabela 14 - Indicador 8	38
Tabela 15 - Indicador 9	38
Tabela 16 - Indicador 10	38
Tabela 17 - Indicador 11	38
Tabela 18 - Indicador 12	39
Tabela 19 - Indicador 13	39
Tabela 20 - Indicador 14	39
Tabela 21 - Dados de atendimento da escola presente	40
Tabela 22 - Indicador 15	41
Tabela 23 - Indicador 16	41
Tabela 24 - Indicador 17	41
Tabela 25 - Indicador 18	42
Tabela 26 - Indicador 19	42
Tabela 27 - Indicador 20	42
Tabela 28 - Indicador 21	42
Tabela 29 - Indicador 22	43
Tabela 30 - Indicador 23	43
Tabela 31 - Indicador 24	43

Tabela 32 - Indicador 25.....	44
Tabela 33 - Violações de direitos de crianças e adolescentes no Município 2015 até 2022 compilado da tabela (32).....	45
Tabela 34 - Indicador 26.....	45
Tabela 35 - População etária.....	45
Tabela 36 - População por gênero	46
Tabela 37 - População por gênero criança e adolescente.....	46
Tabela 38 - Indicador 27	46
Tabela 39 - Indicador 28.....	47
Tabela 40 - Indicador 29.....	47
Tabela 41 - Continuação do Indicador 30	47
Tabela 42 - Indicador 31	48
Tabela 43 - Continuação do indicador 32	48
Tabela 44 - Promoção de Vidas Saudáveis: Atenção à saúde materna	52
Tabela 45 - Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde das crianças	53
Tabela 46 - Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde do adolescente	54
Tabela 47 - Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde do adolescente (gravidez)	55
Tabela 48 - Proteção em situação de risco: Iniciação profissional	56
Tabela 49 - Proteção em situação de risco: Trabalho infantil	57
Tabela 50 - Proteção em situação de risco: Violência sexual de crianças e adolescente	58
Tabela 51 - Educação de qualidade: educação infantil (Creche).....	59
Tabela 52 - Educação de qualidade: educação infantil (pré-escola)	60
Tabela 53 - Educação de qualidade: Educação Infantil (pré-escola) - Baixa proficiência de conhecimentos necessários em Matemática e Língua Portuguesa...	61
Tabela 54 - Educação de qualidade: Mais de uma área - Educação.....	62
Tabela 55 - Educação de qualidade: Cultura.....	63
Tabela 56 - Educação de qualidade: Esporte e Lazer	64
Tabela 57 - Gestão das políticas e controle social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes	65

SUMÁRIO

PLANO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (PMIA)	1
EXPEDIENTE	2
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	5
LISTA DE TABELAS	6
INTRODUÇÃO	13
IDENTIDADE DO MUNICÍPIO	14
1 APRESENTAÇÃO	16
1.1 Elaboração do PMIA	16
1.1.1 Em que ano começou o processo de revisão do PMIA	16
1.1.2 Quais foram as mudanças realizadas neste processo? Houve grandes alterações? Problemas foram solucionados? Novos problemas foram identificados e adicionados?	16
1.1.3 Qual foi a estratégia montada pelo Município para a elaboração ou revisão do Plano? Foi formado algum grupo Intersectorial?	17
1.1.4 Quais foram os principais responsáveis pela condução desse processo?	18
1.1.5 Quais órgãos, departamentos, coordenadorias, conselhos, fóruns, etc., foram representados nesse processo?	18
1.1.6 Quais pessoas participaram do processo	19
1.1.7 Houve participação de sociedade, empresas, universidades, organizações da sociedade civil, consultorias ou outros atores	19
1.1.8 Quantas e quais reuniões, eventos, audiências públicas, consultas públicas, dinâmicas de grupo, oficinas foram realizadas	19
1.1.9 Há fotos dos eventos?	20
1.1.10 O Prefeito participou dos Eventos	23
1.1.11 A metodologia proposta pela Fundação Abrinq foi adotada? Outras referências foram utilizadas? Quais?	26
1.1.12 Como o município identificou os problemas centrais contidos na matriz?	26
2 DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	28
2.1 Dados Sociodemográficos	28

2.1.1	População por faixa etária e sexo.....	29
2.1.2	População por gênero.....	29
2.1.3	População abaixo do nível da pobreza.....	30
2.1.4	População Beneficiária do Programa Bolsa Família.....	34
2.1.5	População beneficiária do Programa Bolsa Família Criança e Adolescente..	34
2.1.6	População Beneficiária do BPC.....	34
2.1.7	População beneficiária do Benefício da Prestação Continuada – BPC Criança e Adolescente	35
2.1.8	Povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.)	35
2.2	Educação.....	36
2.2.1	Cobertura em todas as etapas de ensino (creche, pré-escola, ensino fundamental I e II)	37
2.2.2	Cobertura em período integral de todas as etapas de ensino	37
2.2.3	Taxa de alfabetização	38
2.2.4	Índice de Aprendizagem	38
2.2.5	Taxa de Distorção - Rede Municipal	39
2.2.6	Evasão escolar	39
2.3	Saúde.....	40
2.3.1	Número de óbitos maternos.....	41
2.3.2	Número de óbitos infantis (até 1 ano).....	41
2.3.3	Número de óbitos na infância	41
2.3.4	Taxa de mortalidade infantil (até 1 ano).....	42
2.3.5	Taxa de mortalidade infantil (até 5 anos)	42
2.3.6	Nascidos vivos de mães adolescentes (até 19 anos).....	42
2.3.7	Proporção de nascidos vivos de mães adolescentes	42
2.3.8	Série Histórica da Idade da Mãe ao Nascimento de 2015 a 2022 e parcial de 2023	43
2.3.9	Proporção de crianças menores de 5 anos de idade abaixo do peso ideal	43

2.3.10	Proporção de crianças menores de 5 anos de idade acima do peso ideal	43
2.3.11	Cobertura Vacinal de 0 a 12 anos.....	44
2.4	Proteção	44
2.4.1	Principais violações de direitos de crianças e adolescentes no Município.	45
2.4.2	Principais Violação de direitos de crianças e adolescentes no município.....	45
2.4.3	População por faixa etária	45
2.4.4	População por gênero.....	46
2.4.5	População por gênero criança e adolescente.....	46
2.4.6	Número de famílias referenciadas nos serviços de assistência.....	46
2.4.7	Formas mais recorrentes de trabalho infantil no município.....	47
2.4.8	Território com maior incidência de trabalho infantil no município	47
2.4.9	Adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto	47
2.4.10	Violação de direitos de crianças e adolescentes mais recorrentes por territórios (CREAS-ZL, CREAS ZNO)	47
2.4.11	Violação de direitos de crianças e adolescentes mais recorrentes por gênero CREAS ZL, CREAS ZNO	48
2.4.12	Informações pertinentes advindas dos Conselhos Tutelares e /ou CMDCA...48	
3	CONCEITOS DA MATRIZ LÓGICA.....	50
4	MATRIZ LÓGICA.....	52
4.1	Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde materna	52
4.2	Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde da criança.....	53
4.3	Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde do adolescente	54
4.4	Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde do adolescente (gravidez)	55
4.5	Proteção em situação de risco: Iniciação profissional	56
4.6	Proteção em situação de risco: Trabalho infantil	57
4.7	Proteção em situação de risco: Violência e exploração sexual de crianças e adolescente.....	58
4.8	Educação de qualidade: Educação Infantil (Creche).....	59
4.9	Educação de qualidade: Educação Infantil (pré-escola)	60

4.10 Educação de qualidade: Educação Infantil (pré-escola)- Baixa proficiência de conhecimentos necessários em Matemática e Língua Portuguesa	61
4.11 Educação de qualidade: Mais de uma área - Educação	62
4.12 Educação de qualidade: Cultura	63
4.13 Educação de qualidade: Esporte e Lazer	64
4.14 Gestão das políticas e controle social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes	65
5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
6 SIGLÁRIO.....	67
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68

INTRODUÇÃO

O PMIA é um documento que traz a radiografia da Infância e Adolescência fundamentando as Políticas Públicas de Educação, Saúde, Proteção Social, Esporte, Cultura dentre outras e em parceria com o Sistema de Garantia de Direitos e Organizações da Sociedade Civil, OSC. Ele aponta as potencialidades e fragilidades do município e ao mesmo tempo estabelece ações e metas a curto, médio e longo prazos para reduzir os índices de vulnerabilidade do mesmo, visando a promoção, proteção, defesa e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

A consolidação e efetividade das políticas, são corroborados através do monitoramento e revisão do plano, compreendendo que fazer o melhor pela infância é fazer o melhor para o futuro adulto. Por isso a elaboração do mesmo e sua consequente revisão, tem por objetivo fortalecer as competências do município no desenvolvimento de Políticas Públicas de forma não emergencial e sim de prevenção.

Importante ressaltar que o plano é um documento norteador a ser seguido e consultado constantemente também pelas políticas *ditas secundarias* pois tratam-se de mesmos munícipes que transitam pelos vários segmentos, havendo sempre a necessidade de comunicação e ações intersetoriais, visando a implementação conjunta de ações integradas e articuladas. Durante a elaboração do PMIA, também são preenchidos questionários que se referem ao “Fortalecimento dos Conselhos”, que visa saber as condições físicas, materiais, administrativas dos equipamentos dos conselhos e formativas dos Conselheiros, de “Políticas Sociais”, que visa compreender quais políticas públicas são implantadas no município voltadas para a oferta de bens, serviços e melhorias da qualidade da população, com ênfase, mas as comunidades mais vulneráveis e também o Orçamento Criança e Adolescente(OCA), que relaciona o quanto é gasto pelo município em ações voltadas direta ou indiretamente para este público-alvo.

A presente correção da revisão está organizada em 07 capítulos, inicia-se com o resumo de caracteres gerais da cidade, seguido pelo Diagnóstico Municipal da Infância e Adolescência, que mostra dados do município em seus aspectos históricos, populacionais, faixas de desenvolvimento humano municipal, dados sociodemográficos destacando informações das políticas públicas de saúde, educação e proteção social, apresentando ainda a conceituação de matriz lógica, detalhamento, referências

bibliográficas, salário e considerações finais, a luz das devolutivas da Fundação Abrinq.

IDENTIDADE DO MUNICÍPIO

Santos, é uma cidade com 477 anos, com uma área territorial de 281,033km², 418.608 habitantes, segundo dados do censo 2022. Porém, mesmo sofrendo retração no número de habitantes ainda assim é a cidade mais populosa da Região Metropolitana da Baixada Santista, que no total tem 1.895.451 habitantes.

O município é considerado uma espécie de “*capital*” desta região que engloba nove municípios.

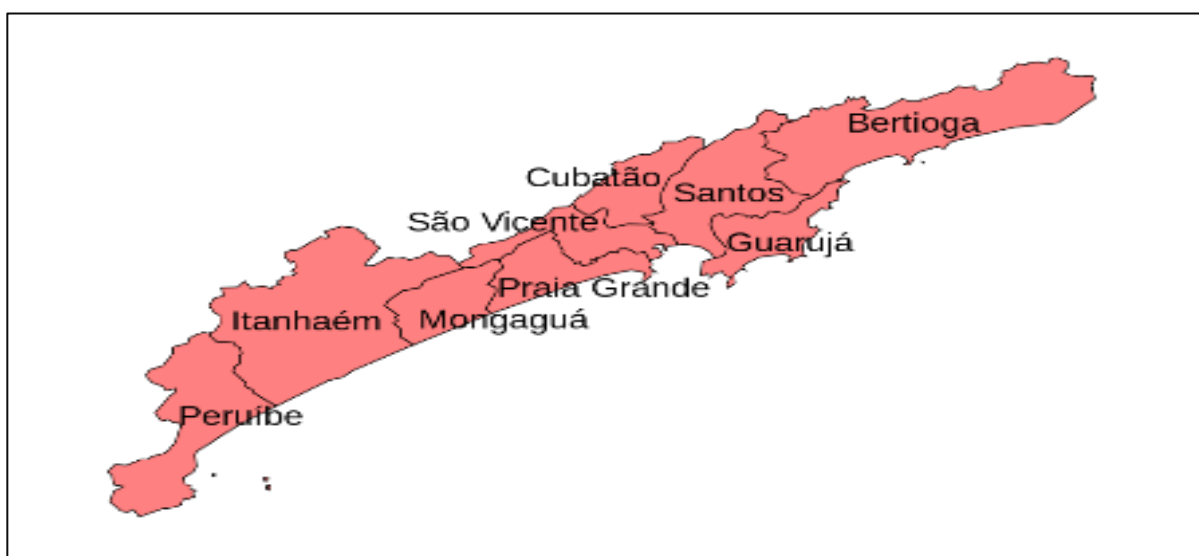


Figura 1 - Região Metropolitana da Baixada Santista

A maioria dos habitantes vivem na área insular que possui geografia diversa, é ladeada por vários morros, tem uma extensa região de praia, 7 km e também tem a área Continental, que para se chegar é preciso, por mar, passar por Guarujá e por terra, por Cubatão.

A área continental, que embora possua um território muito maior, possui uma população muito pequena em relação a Ilha e com características, digamos, quase rurais. Também tem uma outra Ilha, a Ilha Diana que é habitada normalmente e a Ilha de Barnabé, que não é habitada pois ali estão os enormes tambores de produtos químicos da Refinaria Presidente Bernardes/PETROBRÁS. Tem o maior porto da América Latina, que ao lado do turismo, pesca e comércio, integram as principais atividades econômicas da cidade, que ocupa a 5ª posição entre as cidades estratégicas brasileiras, que não são capitais. Tem a maior quantidade de instituições de ensino públicas e/ou privadas, a maior quantidade de hospitais públicos e/ou privados, o único

hospital Público Estadual, bem como um grande número de pessoas inscritas em cadastros de benefícios públicos.

Recebe uma grande quantidade de pessoas vindas de partes diversas do país, até mesmo de imigrantes e atualmente um expressivo contingente de refugiados, em especial de países africanos (alguns clandestinos em navios), que vez ou outra chegam à cidade. Isto faz de Santos uma cidade ambígua, pois possui um PIB elevado e segundo dados recentes do IBGE é o 36º município mais rico do Brasil, porém com custo de vida altíssimo.

É a 8ª cidade mais inteligente. Liderando o eixo de urbanismo, é considerada uma das cidades mais verticalizadas do país, com 61,1% dos domicílios em apartamentos construídos na sua maioria na linha da praia, mas em contraponto, possui consideráveis áreas de vulnerabilidade, caracterizada por pobreza extrema, não deixando de lembrar que ainda tem a maior favela de palafitas da América Latina. Sobre a população de crianças e jovens, destacamos este recorte de uma matéria de jornal local.

A participação da faixa etária de até 12 anos no total da população paulista caiu 25% na Baixada Santista nas últimas duas décadas: eram 302.176 crianças em 2000 e, 20 anos depois, são de 291.208. No mesmo período, a quantidade de moradores da região cresceu 24,3%. As conclusões constam no cruzamento de dados feitos por ATribuna.com.br, com base à última atualização de projeção populacional paulista feita pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). De acordo com as informações do Seade, em 2000, as crianças com idade de até 12 anos representavam 22% da população média dos nove municípios da Baixada Santista. Neste ano, essa proporção caiu para 16,5% — trata-se de uma retração de quase 25%. Santos registra o menor patamar regional, tendo apenas 13,44% da população na faixa etária abaixo dos 12 anos. Significa uma queda de quase 1,75 ponto percentual em relação ao recorte anterior, quando 15,19% dos santistas eram crianças. JORNAL A TRIBUNA, DE SANTOS – 09/10/2020

Disponível em: <https://www.seade.gov.br/baixada-santista-perde-10-mil-criancas-em-duas-decadas-diz-seade/>>Acesso em: 13 de out. de 2023.

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Elaboração do PMIA

1.1.1 *Em que ano começou o processo de revisão do PMIA*

O PMIA, começou a ser elaborado em meados de 2013, tendo como base o Plano de Governo do então Prefeito eleito em 2012*, estendendo-se ao longo do ano de 2014, com início das tratativas de implantação em dezembro de 2014. Passados pouco mais de três anos, em 2018, iniciou-se um processo de revisão, através de revisitações ao plano, reuniões e monitoramentos constantes, pois é de consenso que somente quando começa-se a aplicar/praticar determinado plano, política, é que as situações começam a ser realmente vivenciadas e numa visão mais fundamentada pela prática. Havemos de considerar que houve um lapso de acompanhamento e reuniões, entre 2020 e 2021, devido pandemia de COVID-19. Em 2022, retomou-se as reuniões e monitoramento presencial, mas ainda de forma precária na primeira metade do ano, causada pela ainda forte contaminação de COVID-19.

Disponível em <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/eleicoes/2012/noticia/2012/08/10-propostas-de-paulo-alexandre-candidato-prefeitura-de-santos.html>. Acesso em 10 de out. 2023.

1.1.2 *Quais foram as mudanças realizadas neste processo? Houve grandes alterações? Problemas foram solucionados? Novos problemas foram identificados e adicionados?*

Foram observadas algumas mudanças, que apesar de não serem em grande escala, permitiram-nos reorganizar propostas para resolução de problemas já detectados e inserção de outros decorrentes percebidos e adicionados à árvore de problemas para que pudessem ser conduzidos em conjunto, visto que, de certa forma, eram oriundos dos inicialmente observados e atrelavam-se entre si. Sendo que podemos elencar como as mais significativas: a adequação do plano as propostas da nova gestão, eleita em 2020, com início de exercício em 2021; o estabelecimento de metas de forma quantitativa, pouco evidenciadas na elaboração inicial do plano; adaptação as estratégias do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);aperfeiçoamento da formatação do plano (no que se referia a resultados esperados, indicadores, meios de verificação, fontes de recursos, datas, responsáveis envolvidos), com base em experiências adquiridas durante o processo e orientações da Equipe do PPAC.

Nesta trajetória, as mudanças também foram balizadas por algumas oportunidades que apareceram, tais como: surgimento de recursos e parceiros que permitiram a inclusão de novas ações e/ou ampliação do campo de resolução, como no caso de construção de mais equipamentos escolares e de saúde; a ampliação da cobertura de serviço de abordagem social, por meio de aditamento do termo de colaboração vigente com OSC, que executa os serviços (Eixo Proteção Social).

Houve necessidade de inclusão no Eixo da Educação de forma emergencial, em 2021, do Projeto Estratégico de Ação (PEA), que previa a Implantação do Plano de Recomposição de Aprendizagens (prejudicadas por dois anos), com mais 1 professor em classe; Implantação do Programa Federal Tempo de Aprender (exclusivo para 1º e 2º ano) e os Quintais de Aprendizagem, cuja proposta previu o reagrupamentos de alunos por níveis de proficiência, visando à construção dos saberes necessários ao pleno desenvolvimento escolar, com vistas a minimizar os impactos imediatos da pandemia de Covid-19 no processo educativo. Implantação do Programa Conecta Educador, com vistas à concessão de auxílio financeiro aos profissionais da rede municipal de ensino para aquisição de computador ou tablete.

Também foram excluídos objetivos relativos a problemas que não estão mais afetando, significativamente, a infância e a adolescência no Município.

1.1.3 Qual foi a estratégia montada pelo Município para a elaboração ou revisão do Plano? Foi formado algum grupo Intersetorial?

A estratégia montada para a revisão do plano foi semelhante a que deu margem a concepção inicial do mesmo. Desde que o Município aderiu ao PPAC, foi criada a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança, doravante Comissão PPAC, composta por secretarias, Conselho de Direito, Conselho Tutelar e Organização da Sociedade Civil. Com base nas devolutivas da Fundação Abrinq, a comissão revisitou a parte principal do PMIA que apresenta os problemas centrais, objetivos de impacto, resultados esperados/metas, indicadores de resultados, meios de verificação, ações/projetos, responsáveis, envolvidos, prazos e fontes de recursos. Foram 11 (onze) reuniões da Comissão Intersetorial Municipal, para discussões e alinhamento. A metodologia foi fundamentada da seguinte forma:

- reuniões com a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança, com o propósito de analisar a matriz lógica

elaborada em 2013/2014, avaliada pela Fundação Abrinq em 2017, com a leitura da devolutiva e das orientações básicas para o processo de revisão da matriz e adequação à luz das considerações da Fundação Abrinq:

- reuniões com representantes por área, para que cada um pudesse se apropriar melhor dentro de sua área de competência junto aos assentamentos do plano e reorganizar as prioridades a luz do problema central, elencando causas, consequências, metas, prazo de execução, fontes de recurso, responsáveis e afins;
- levando em conta o que já estava sendo feito, evitando-se o tal do eterno recommço, englobando os problemas centrais/devolutivas nos compromissos assumidos por administrações renovadas por eleições, visando continuidade e eficácia;
- apresentação ao CMDCA.

1.1.4 Quais foram os principais responsáveis pela condução desse processo?

As figuras centrais de condução do processo foram o articulador e o coordenador, especialmente designados para este fim e que integram a composição do grupo intersetorial da Comissão PPAC. O articulador, com o auxílio do coordenador foi o responsável por : organizar as reuniões temáticas, por prestar informação sobre o desenvolvimento das atividades, interação entre as secretarias e/ou outros órgãos, pela análise dos assentamentos individuais realizados, discutindo a pertinência, para fins de monitoramento com vistas a integração entre as políticas vigentes, fazer a interlocução direta com a Presidência do CMDCA e equipe de Gabinete do Prefeito Municipal e posteriormente, por fim, através do coordenador, transpor os assentamentos individuais discutidos em grupo e revisados para o documento geral e oficial do PMIA.

1.1.5 Quais órgãos, departamentos, coordenadorias, conselhos, fóruns, etc., foram representados nesse processo?

- Gabinete do Prefeito Municipal,
- Secretaria Municipal de Governo,
- Secretaria de Desenvolvimento Social
 - Departamento de Proteção Básica (DEPROS-B)
 - Departamento de Proteção Especial (DEPROS-E)

- Secretaria Municipal de Educação:
 - Departamento de Planejamento (DEPLAN)
 - Departamento Pedagógico (DEPED)
- Secretaria Municipal de Saúde:
 - Departamento de Vigilância em Saúde (DEVIG)
 - Seção de Vigilância a Mortalidade Materno Infantil (SEVIG/MMI)
 - Departamento de Atenção Primária à Saúde (DEAPS)
 - Seção de Atenção à Saúde da Comunidade (SEATESC)
- Secretaria Municipal de Esportes:
 - Departamento de Atividades e Eventos Esportivos (DEATIV)
 - Seção de Atividade Física (SEAFIS)
- Secretaria Municipal de Cultura:
 - Departamento de Formação e Pesquisa Cultural (DEFORPEC)
- Secretaria da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos:
 - Departamento de Cidadania e Direitos Humanos (DEPACID)
 - Coordenadoria da Infância e da Juventude (COJUV)
 - Departamento de Articulação (DEARTI)
 - Coordenadoria de Articulação (COARTI)
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)
- Conselhos Tutelares: Zona Leste, Zona Central e Zona Noroeste;
- Associação Comercial de Santos (ACS)

1.1.6 Quais pessoas participaram do processo

Os gestores e conselheiros que compõe os órgãos acima, representados por titulares e suplentes.

1.1.7 Houve participação de sociedade, empresas, universidades, organizações da sociedade civil, consultorias ou outros atores

- Associação Comercial de Santos;
- Khora – Consultoria e Pesquisa Sócio Territorial LTDA.

1.1.8 Quantas e quais reuniões, eventos, audiências públicas, consultas públicas, dinâmicas de grupo, oficinas foram realizadas.

Tipo	Quantas	Quem	Temática
Reuniões	11	Comissão intersetorial	Discussões e alinhamento da revisão do PMIA.
Visita Técnica	02	Ida da Equipe Município à ABRINQ Vinda da Equipe ABRINQ ao município.	-Orientações técnicas sobre adequação do Plano. -Conhecer alguma das ações elencadas no PMIA inicial, nas áreas de Saúde, Educação, Proteção Social.
Dinâmicas de Grupo	01	Comissão Articulação e Coordenação	Quem sou eu no Grupo. Reconhecer as pessoas, tarefas e ações das pessoas engajadas diretamente na revisão do PMIA.
Audiência Pública	01	Legislativo, Comissão PPAC, Departamento de Articulação, Sociedade Civil.	Apresentação do Diagnóstico Khora – Consultoria e Pesquisa Sócio Territorial LTDA

Tabela 1 - Eventos realizados

1.1.9 Há fotos dos eventos?

Segue alguns registros:

Visita Técnica Abrinq

Visita ao Eixo Saúde (março 2020)

Hospital Estivadores - Referência em Parto Humanizado



Figura 2 - Visita técnica Hospital dos Estivadores - Eixo Saúde (março 2020)

Visita Técnica ao Eixo Saúde (março 2020)

Instituto da Mulher e Gestante que também faz parte da boa prática premiada pela Fundação Abrinq em 2021- **Programa Mãe Santista**.

Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=portal/mae-santista>)



Figura 3 – Visita técnica ao Instituto da Mulher/Programa Mãe Santista – Eixo Saúde (março 2020)

Visita técnica ao Eixo Proteção Social (março 2020)

Casa das Anas: Lar de transição para mulheres em situação de risco social e seus filhos, que oferece suporte psicológico, social e encaminhamento para cursos de capacitação com o objetivo de ingresso no mundo do trabalho.

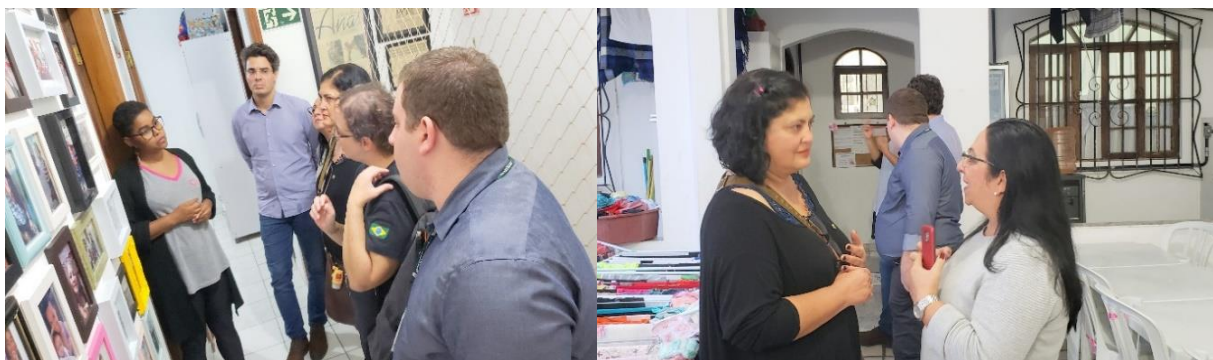


Figura 4- Visita Técnica ao Eixo Proteção Social - Casa das Anas (março 2020)

Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/casa-das-anas-santista-ganha-replica-em-santa-catarina>>

<<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/casa-das-anas-atende-46-mulheres-em-dois-anos>>

Visita técnica ao Eixo Educação (março 2020)



Figura 5 - Visita técnica ao Eixo Educação (março 2020)

1.1.10 O Prefeito participou dos Eventos

Sim, de alguns eventos.

Reunião Secretários de Governo, Comissão PPAC, Prefeito e Fundação Abrinq



Figura 6 - Reunião Intersectorial: Prefeito Paulo Alexandre, Secretários, Comissão PPAC e Fundação Abrinq

Reinício das ações de monitoramento, em 2021, após o período crítico da Pandemia de Covid-19.



Figura 7 - Reinício das ações de monitoramento pós período crítico de Pandemia de Covid-19

Disponível em: < <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/santos-inicia-plano-para-obter-seio-prefeito-amigo-da-crianca>>. Acesso em 13 de out. de 2023.

Reunião com CMDCA e Comissão PPAC, em 23-10-2023, para apresentação das atualizações da revisão do PMIA.

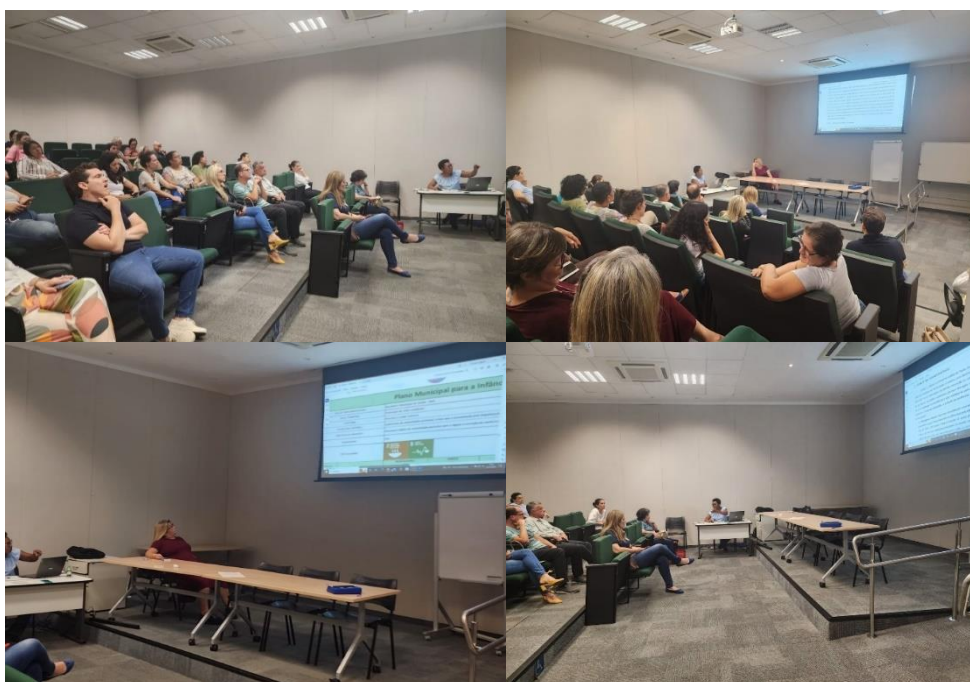


Figura 8 - Reunião de apresentação das atualizações da revisão do PMIA

1.1.11 A metodologia proposta pela Fundação Abrinq foi adotada? Outras referências foram utilizadas? Quais?

Sim. A metodologia Abrinq foi adotada em grande parte no processo de revisão adequando a matriz lógica do PMIA ao modelo sugerido, assim como adequação a metodologia dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030.

1.1.12 Como o município identificou os problemas centrais contidos na matriz?

Foram realizadas reuniões setoriais do articulador/coordenador com os representantes das Políticas de Educação, Saúde, Proteção Social e Comissão Municipal PPAC, para dar início ao processo de revisão. Nesse contexto, o objetivo foi análise do plano, discussões, troca de saberes para chegada de um consenso do qual seria o problema central e quais ramificações (problemas secundários), advinham do mesmo. Para tanto foi usada a metodologia, sugerida, da árvore de problemas e também a de objetivos, partindo-se das seguintes etapas:

- estudo amplo para reconhecimento e descrição do real problema central e fazer dele a analogia de tronco árvore. O reconhecimento do problema central de cada secretaria afim, foi subsidiado por informações prévias vindas dos departamentos, coordenadorias e seções das secretarias através de coleta de dados ao longo de um tempo, elencando situações que repetidamente faziam-se presentes, observadas desde a implantação do PMIA, de forma quantitativa e qualitativa, partindo-se dos seguintes fatores:
 - identificação de problemas;
 - identificação do Problema Central/objetivo: Essa situação é recorrente? (tronco);
 - causas/intervenções: Por que razão ela acontece? (raízes);
 - consequências(efeitos)/impacto: O que acontece em decorrência deste problema? (copa).



Figura 9 - Árvore de problema

2 DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

2.1 Dados Sociodemográficos

Há uma dificuldade de se precisar alguns dados de forma *fidedigna e universalizada*, até entre as próprias políticas, visto que o último censo-IBGE, oficialmente divulgado, foi em 2010 e os dados do último censo realizado em 2022, ainda não foram divulgados na integralidade, sendo que os primeiros resultados começaram a ser publicados em junho de 2023. Porém, em março de 2020, ensejado por uma necessidade do CMDCA de ter mais dados sobre a Infância e Juventude Santista e assim poder reorganizar suas ações, inclusive na questão de abertura de editais para financiamento de projetos voltados para criança e adolescência através de OSC, a empresa Khora - Consultoria e Pesquisa Sócio Territorial Ltda, especialmente contratada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, iniciou um estudo em conjunto como GT-CMDCA (Grupo de Trabalho CMDCA) para fazer um estudo e posterior elaboração de diagnóstico da infância e juventude santista, durante 06 meses. Contudo, devido a pandemia de COVID-19 também foi interrompido por um período, retornando para continuidade e posterior finalização, em setembro de 2021. O mesmo foi apresentado em Audiência Pública em 2022, na Câmara Municipal de Santos e em seguida disponibilizado no Portal da Prefeitura.

Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conselhos/CMDCA/diagnostico_da_cca_e_adol._de_santos_final_rev_.atualizado.pdf>

2.1.1 População por faixa etária e sexo

Em relação à distribuição da população por faixas etárias, destaca-se que a porcentagem de idosos no município é mais elevada que a da RMBS, sobretudo a partir da faixa de 45 a 49 anos, onde verifica-se diminuição progressiva na pirâmide na RMBS, mas os percentuais se mantêm elevados em Santos (Figura 6).

Figura 6 – Pirâmides etárias da RMBS (esquerda) e do município de Santos (direita)

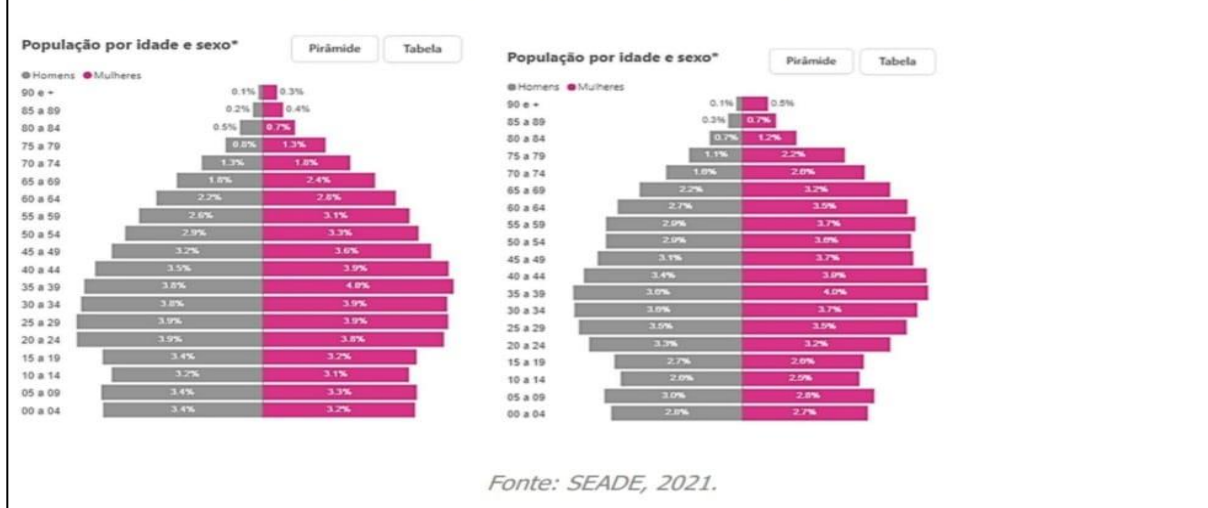


Figura 10 - Pirâmide etária

2.1.2 População por gênero

Santos é reconhecida como a cidade mais feminina do país. De acordo com dados da Fundação SEADE (2022), 53,8% da população é de mulheres, contra 46,2% de homens, aproximadamente 18% a mais.

Ano	Masculino		Feminino	
	0 a 11 anos	12 a 17 anos	0 a 11 anos	12 a 17 anos
2014	6384	4746	6251	4653
2015	6685	4660	6518	4601
2016	5832	4441	5621	4355
2017	Dados não disponibilizados			
2018	6531	4223	6314	4060
2019	6611	4023	6309	3962
2020	6032	3896	5705	3819
2021	8179	8218	7856	7779
2022	6375	4586	6085	4376

Obs. Considerados os dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: SAGICAD - Ministério Cidadania.

Tabela 2 - População de crianças e adolescentes divididas por gênero

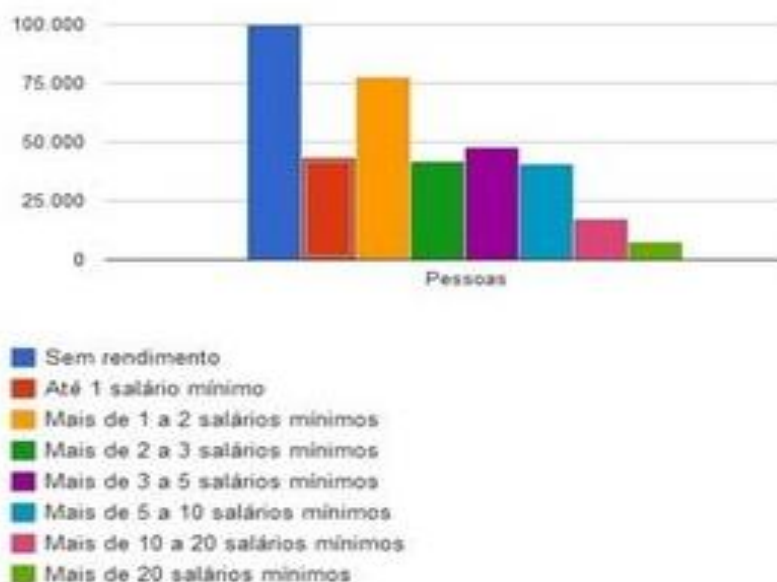
2.1.3 População abaixo do nível da pobreza.

Ano	Total de famílias
2015	4.758
2016	5.232
2017	6.788
2018	7.566
2019	8.376
2020	8.538
2021	9.897
2022	14.608
Obs. Considerados os dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: CECAD 2.0/SENARC - Ministério da Cidadania	

Tabela 3 - População abaixo da linha de pobreza

DIAGNÓSTICO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTOS

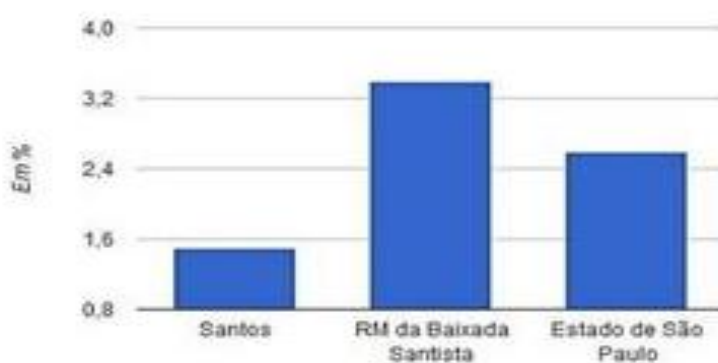
Figura 30 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010; Fundação SEADE.

Por sua vez, 16,1% dos domicílios possuíam renda domiciliar *per capita* superior a cinco salários mínimos, equivalendo a 23.286 domicílios. Em contrapartida, 1,5% dos habitantes vivem em situação de extrema pobreza, equivalendo a 6.245 pessoas.

Figura 31 - População em situação de Extrema Pobreza



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 (resultados preliminares); Fundação SEADE.

Figura 11 - Censo demográfico

DIAGNÓSTICO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTOS

Figura 32 - Proporção de moradores abaixo da linha da pobreza e indigência Santos



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010 e Portal ODM.

De acordo com os dados de 2010, o município era o único do litoral que possuía menos de 50% dos responsáveis com menos de 3 salários mínimos – s.m.⁷, embora o contingente de 44% dos responsáveis por domicílio que se encontram nessa condição seja bastante expressivo, conforme ilustra a Figura 33. Quando se soma os 10% de responsáveis por domicílio que não tem nenhuma renda, configura-se uma situação que exige políticas públicas que a superem.

Figura 33 - Santos: Rendimento Nominal Mensal dos Responsáveis por Domicílios



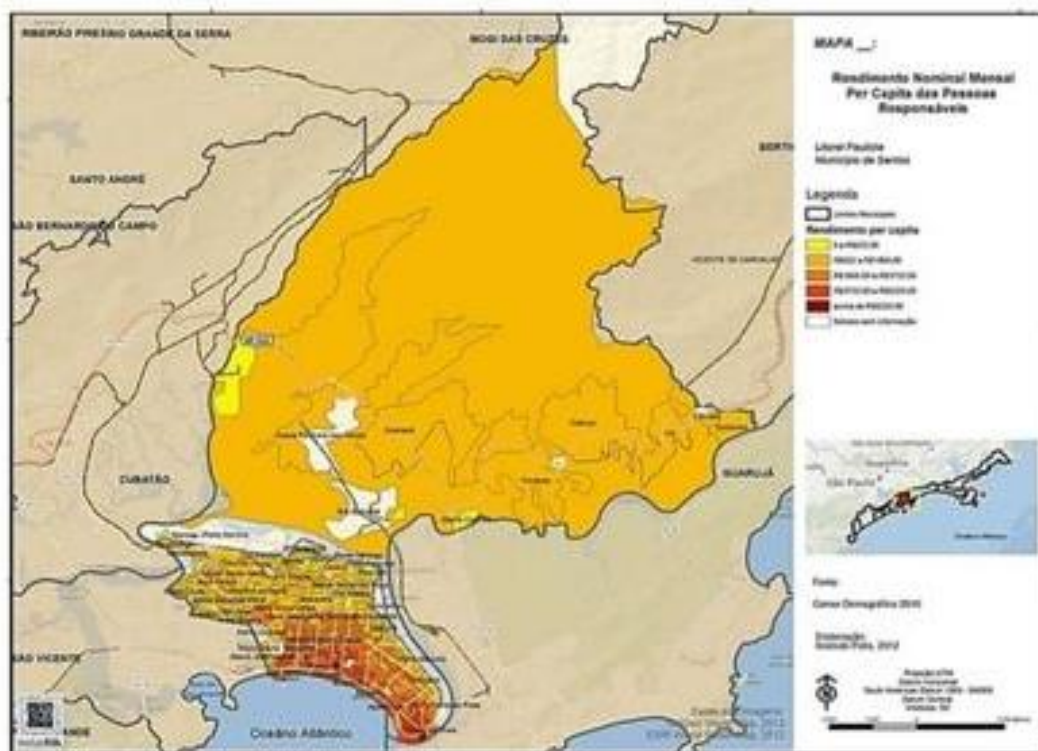
Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010. Elaboração: Instituto Pólis.

O rendimento *per capita* é expressivo na região da Orla, como apresenta a Figura 34. Nestes bairros, o rendimento variava em 2010 entre R\$1.866,00 a R\$6.222,00, com pequenos focos com valores acima dos R\$6.222,00, como por exemplo nos bairros Gonzaga, Ponta da Praia e Boqueirão. No restante do município, a faixa recorrente está entre R\$622,00 e R\$1.866,00, com setores com rendimento *per capita* entre R\$ 0 e R\$622,00, como Monte Cabrão, Paquetá e Rádio Clube.

⁷ Excluindo a faixa dos sem rendimento.

desconcentrada, permitindo que os territórios que apresentam um contingente maior de responsáveis por domicílios com rendimentos mais baixos, tenham acesso às praças nas quais a dinâmica da economia se beneficia do rendimento mais alto e da circulação maior de capital.

Figura 34 - Santos: Espacialização da renda média dos responsáveis



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010. Elaboração: Instituto Pólis.

De acordo com levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Santos possuía em 2019 um total de 178.529 trabalhadores com carteira assinada, com uma média salarial por trabalhador de R\$ 2.903,14, ocupando a 10ª posição no ranking de empregos do Estado de São Paulo e o primeiro lugar na RMBS, sendo responsável por 56,72% do total de empregos da região.

Figura 13 - Renda média dos responsáveis

2.1.4 População Beneficiária do Programa Bolsa Família

Indicador 1	População Beneficiária do Programa Bolsa Família							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total de famílias	6.941	7.311	7.929	8.175	7.338	8.846	9.279	Dados não disponíveis
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: CECAD 2.0/SENARC – Ministério Cidadania								

Tabela 4 - Indicador 1

2.1.5 População beneficiária do Programa Bolsa Família Criança e Adolescente

Ano	Extrema pobreza – BSP (0 a 6 anos)	Benefício Jovem Variável (16 e 17 anos)	Total de crianças e adolescentes beneficiárias do bolsa família (todos os benefícios e faixas etárias)
2015	2.247	1.644	Dados não disponibilizados
2016	2.991	1.671	Dados não disponibilizados
2017	4.016	1.651	13.803
2018	4.884	1.457	13.190
2019	4.797	1.339	11.148
2020	6.010	1.501	13.332
2021	Dados não disponibilizados	1.788	Dados não disponibilizados
2022	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados
Obs. Considerados os dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: CECAD 2.0/SENARC - Ministério da Cidadania			

Tabela 5 - Beneficiários do Programa Bolsa Família: Criança e Adolescente

2.1.6 População Beneficiária do BPC

Indicador 2	População Beneficiária do Programa Bolsa Família							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PCD	1.915	2.002	2.020	2.104	2.022	1.941	1.937	2.202
Idoso	2.502	2.521	2.535	2.538	2.510	2.526	2.538	2.797
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: CECAD 2.0/SENARC – Ministério Cidadania								

Tabela 6 - Indicador 2

2.1.7 População beneficiária do Benefício da Prestação Continuada – BPC Criança e Adolescente

Ano	Criança/Adolescente
2015	Dados não disponibilizados
2016	Dados não disponibilizados
2017	475
2018	494
2019	484
2020	464
2021	474
2022	685
Obs. Considerados os dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: CECAD 2.0/SENARC - Ministério da Cidadania	

Tabela 7 - População beneficiária do Benefício da Prestação Continuada – BPC (Crianças e Adolesc.)

2.1.8 Povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.)

2.1.8.1 Comunidades Tradicionais Indígenas

Municípios	Pessoas indígenas	% em relação a População total
Bertioga	388	0,6%
Cubatão	181	0,16%
Guarujá	479	0,17%
Itanhaém	767	0,68%
Mongaguá	656	1,06%
Peruíbe	617	0,9%
Praia Grande	514	0,15%
Santos	376	0,09%
São Vicente	486	0,15%
População indígena das cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista, segundo o Censo 2022 / IBGE 2023/Panorama Censo2022		

Tabela 8 - População indígena

Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/05/censo-2022-revela-adensamento-periferico-e-populacao-quilombola-na-regiao-metropolitana-da-baixada-santista#:~:text=Na%20RMBS%2C%204%20munic%C3%ADpios%20t%C3%AAm,Mongagu%C3%A1%20e%2019%20em%20Santos.>> Acesso em: 10 de out. de 2023.

2.1.8.2 Comunidades tradicionais quilombolas

Após 150 anos de história da pesquisa censitária, as pessoas quilombolas foram incluídas no Censo 2022. Pela primeira vez temos dados desse grupo populacional cujos primeiros resultados apontam que o Brasil tem mais de 1,3 milhão de quilombolas e menos de 5% dessas pessoas vivem em territórios demarcados. Na RMBS, 4 municípios têm população quilombola, sendo 67 em Guarujá, 2 em Itanhaém, 24 em Mongaguá e 19 em Santos. Essa quantidade em relação a população do Brasil representa 0,0015% e em relação a população do município 0,004%.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/05/censo-2022-revela-adensamento-periferico-e-populacao-quilombola-na-regiao-metropolitana-da-baixada-santista#:~:text=Na%20RMBS%2C%204%20munic%C3%ADpios%20t%C3%AAm,Mongagu%C3%A1%20e%2019%20em%20Santos.> Acesso em: 12 de out. de 2023

2.2 Educação

Para a revisão dos dados analisados em relação à educação, foi também consultado o Plano Municipal de Educação – PME, elaborado em 2020/2021, com validade até 2031. O Plano Municipal de Educação, foi normatizado pela Lei nº 3914 de 14/10/2021, publicada no DO de 15/10/2021, páginas 13 a 55. A referida lei instituiu o Plano Municipal de Educação – PME do Decênio 2021/2031, que define diretrizes, metas e estratégias educacionais que permitem acompanhar, monitorar e avaliar o desenvolvimento e desempenho das políticas públicas para crianças e adolescentes, em relação aos processos de acesso, permanência e aprendizagens dos estudantes de nosso município. Para a definição dos problemas centrais que compõem a revisão da matriz lógica foram analisadas metas do PME e dados expressos. O Município em relação a *universalização* do ensino na etapa da Educação Infantil tem avançado, no que diz respeito a demanda ativa na faixa etária de 0 a 5 anos, com construção de 06 unidades novas funcionando em tempo integral e ampliação de 03 unidades com mudança de local para terreno maior, mas ainda há necessidade de contínuos investimentos para mais avanços nos indicadores totais, conforme dados:

2.2.1 Cobertura em todas as etapas de ensino (creche, pré-escola, ensino fundamental I e II)

Indicador 3	Quantidade de crianças de 0 a 3 anos que frequentaram escola (números absolutos)							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade	2997	3014	2932	2938	3145	3388	3473	3455
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: SIGES - Consulta via B.I.								

Tabela 9 - Indicador 3

Indicador 4	Quantidade de crianças de 4 a 5 anos que frequentaram escola (números absolutos)							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade	3761	4131	4240	4102	4165	4239	3747	3695
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: SIGES - Consulta via B.I.								

Tabela 10 - Indicador 4

Indicador 5	Quantidade de crianças de que frequentaram o ensino Fundamental I (números absolutos)							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade	16463	15996	16059	15942	15935	16132	16389	16452
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: SIGES - Consulta via B.I.								

Tabela 11 - Indicador 5

Indicador 6	Quantidade de crianças de que frequentaram o ensino Fundamental II (números absolutos)							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade	5561	5412	5511	5592	5653	5813	5785	5759
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: SIGES - Consulta via B.I.								

Tabela 12- Indicador 6

2.2.2 Cobertura em período integral de todas as etapas de ensino

É preciso ampliar o número de atendimentos em Período integral, com contínuos investimentos para construção, ampliação e adequação dos espaços para atingir a meta prevista (2024) de 75% em especial, determinadas áreas do município, como zona noroeste, área continental e morros.

Indicador 7	Quantidade de crianças de 0 a 5 anos que frequentaram a escola em período integral (números absolutos)							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade	1101	1275	1455	1354	1479	1682	1629	1873
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: SIGES - Consulta via B.I.								

Tabela 13 - Indicador 7

Indicador 8	Quantidade de crianças do Fundamental I que frequentaram a escola em período integral (números absolutos)							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade	14649	14682	14707	14430	14302	14295	14399	14589
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: SIGES - Consulta via B.I.								

Tabela 14 - Indicador 8

Indicador 9	Quantidade de crianças do Fundamental II que frequentaram a escola em período integral (números absolutos)							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade	4542	4620	4771	4854	5015	5096	4922	4811
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: SIGES - Consulta via B.I.								

Tabela 15 - Indicador 9

2.2.3 Taxa de alfabetização

Indicador 10	Percentual de alunos que concluíram o 3º ano na fase alfabética na rede municipal de educação							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Meta Prevista	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Meta executada	-	-	-	-	82%	74%	75%	83%
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: Monitoramento realizado pela Seção de ensino fundamental / maio 2023 - SEFEP								

Tabela 16 - Indicador 10

2.2.4 Índice de Aprendizagem

Indicador 11	Média municipal do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Meta Prevista	-	-	6,0	-	6,2	-	6,5	-
Meta executada	-	-	6,0	-	5,8	-	5,9	-
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: Dados extraídos pela autora do INEP 2021 publicado em 2022								

Tabela 17 - Indicador 11

Indicador 12	Média municipal do IDEB nos anos finais do ensino fundamental							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Meta Prevista	-	-	5,6	-	5,8	-	6,1	-
Meta executada	-	-	5,0	-	5,1	-	5,3	-
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: Dados extraídos pela autora do INEP 2021 publicado em 2022								

Tabela 18 - Indicador 12

2.2.5 Taxa de Distorção - Rede Municipal

Indicador 13	Taxa de Distorção - Rede Municipal			
Ano	Idade Acima	Distorção: % Idade Acima	Dentro da Idade Certa	% Dentro da idade Certa
2015	1981	6,88%	26797	93,11%
2016	1875	6,34%	27709	93,66%
2017	1748	5,89%	27946	94,11%
2018	1719	5,92%	27295	94,08%
2019	1725	5,90%	272500	94,10%
2020	1731	5,99%	27165	94,01%
2021	1561	6,62%	26232	94,38%
2022	1478	5,33%	26247	94,67%
Fonte: SIGES via BI				

Tabela 19 - Indicador 13

2.2.6 Evasão escolar

Indicador 14	Evasão Escolar							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
% Municipal	0,8	0,8	0,8	0,7	0,6	1,8	1,4	0,7
%Total Santos	0,4	0,5	0,6	0,5	0,4	0,9	1,0	0,6
Dados apresentados no mês de dezembro de cada ano. Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados								

Tabela 20 - Indicador 14

Para combater a evasão escolar, em especial nas áreas de maior vulnerabilidade social, em 2015 foi implantando, experimentalmente, o Projeto Colibri, que por três anos foi financiado pelo CMDA. O objetivo do mesmo era realizar a reinserção das crianças e adolescentes em situação de infrequência e/ou abandono (evasão) escolar nas instituições de ensino públicas em que estão matriculados. Em setembro de 2021, foi enviado à Câmara como Projeto de Lei, virando Política Pública do Município,

sendo implantado em novembro do mesmo ano, passando a se chamar Escola Presente. Porém, o atendimento se restringiu as Unidades Municipais de Educação, visto que passou a ser custeado pelo Município o que implica em responsabilidade fiscal, com abrangência em todos bairros do município e níveis de ensino, desde a creche até o Ensino Fundamental II.

Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/busca-ativa-para-combater-evasao-escolar-se-torna-politica-publica-em-santos>>


PREFEITURA DE
Santos

PREFEITURA DE SANTOS
Secretaria de Educação


Santos
CIDADE
EDUCADORA

DADOS DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA ESCOLA PRESENTE

Período de realização: Setembro/2022 à Agosto/2023

TERRITÓRIO	BLOCO 1	BLOCO 2	BLOCO 3	BLOCO 4	TOTAL
ATENDIMENTOS	710	214	879	873	2676

Para realização do atendimento, às escolas da rede municipal de ensino foram divididas em quatro blocos, de acordo com o Território que estão localizadas:

Tabela 21 - Dados de atendimento da escola presente

2.3 Saúde

Com objetivo de assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços públicos de saúde, a SMS/Santos (Secretaria Municipal de Saúde) planeja, organiza, controla e avalia iniciativas executadas em Santos relacionadas à área, em conformidade aos preceitos do SUS (Sistema Único de Saúde). Além disso, com a finalidade de controlar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde, a SMS colabora com a fiscalização em parceria com órgãos municipais, estaduais e federais competentes. Como estratégia em 2019, a cidade lançou o primeiro Boletim Epidemiológico de Santos, que consolida dados de cinco anos e serve como uma devolutiva para as unidades notificadoras e para a comunidade, na tentativa de conhecer o perfil e subsidiar a elaboração de um panorama epidemiológico por grandes

áreas da cidade (Morros, Região Centro Histórico-Área Continental, Orla e Zona Noroeste), por sexo e faixa etária. Dessa forma, o primeiro volume, lançado em 2019, traz os dados de 2014 a 2018; o segundo, de 2020, contempla os anos de 2015 a 2019; o terceiro, de 2021, abarca o período de 2016 a 2020. As informações são fruto de fichas, certidões, declarações e notificações das doenças de registro compulsório feitas ao Serviço de Vigilância em Saúde Municipal, com análise técnica e investigação, para confirmar ou descartar os casos, e realizar a classificação final dos casos de residentes em Santos.

2.3.1 Número de óbitos maternos

Indicador 15	Número de óbitos maternos/por 100.000 nascidos vivos							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Até 42 dias	3	2	1	2	2	2	7	3
>42 dias	1	0	0	0	2	2	0	0
Fonte: SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade (Base Municipal).								

Tabela 22 - Indicador 15

2.3.2 Número de óbitos infantis (até 1 ano)

Indicador 16	Número de óbitos infantis (até 1 ano) / por 1000 nascidos vivos							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Óbitos	52	60	43	54	45	32	39	30
Fonte: SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade (Base Municipal).								

Tabela 23 - Indicador 16

2.3.3 Número de óbitos na infância

Indicador 17	Número de óbitos na infância (até 5 anos) / por 1000 nascidos vivos							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Óbitos	55	69	49	64	54	40	41	36
Fonte: SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade (Base Municipal).								

Tabela 24 - Indicador 17

2.3.4 Taxa de mortalidade infantil (até 1 ano)

Indicador 18	Taxa de mortalidade infantil (até 1 ano) /por 1000 nascidos vivos							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Meta prevista	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Meta executada	11,5%	13,3%	9,0%	11,8%	10,3%	7,8%	10,0%	8,0%
Fonte: SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade (Base Municipal).								

Tabela 25 - Indicador 18

2.3.5 Taxa de mortalidade infantil (até 5 anos)

Indicador 19	Taxa de mortalidade infantil (até 5 anos) /por 1000 nascidos							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Meta prevista	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Meta executada	11,2%	15,3%	10,3%	14,0%	12,4%	9,8%	10,6%	9,6%
Fonte: SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade (Base Municipal).								

Tabela 26 - Indicador 19

2.3.6 Nascidos vivos de mães adolescentes (até 19 anos)

Indicador 20	Nascidos vivos de mães adolescentes (até 19 anos)							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade	476	441	484	388	365	351	295	246
Fonte: SINASC – Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Base Municipal); Dados consolidados em julho/2023, sujeitos a alterações. Pop. IBGE 2010								

Tabela 27 - Indicador 20

2.3.7 Proporção de nascidos vivos de mães adolescentes

Indicador 21	Proporção de nascidos vivos de mães adolescentes/1000 nascidos							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Meta prevista	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Meta executada	9,75%	9,77%	10,15%	8,51%	8,37%	8,59%	7,60%	6,55%
Fonte: SINASC – Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Base Municipal); Dados consolidados em julho/2023, sujeitos a alterações. Pop. IBGE 2010								

Tabela 28 - Indicador 21

2.3.8 *Série Histórica da Idade da Mãe ao Nascimento de 2015 a 2022 e parcial de 2023*

Indicador 22		Série Histórica da Idade da Mãe ao Nascimento de 2015 a 2022 e parcial de 2023									
Faixa Etária Mãe	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total	% Total dos nascimentos
12 anos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,003
13 anos	2	3	2	2	4	3	4	3	1	24	0,063
14 anos	15	9	13	9	8	10	5	12	2	83	0,220
15 anos	34	35	35	38	35	21	29	16	14	257	0,680
16 anos	63	69	70	50	42	46	46	32	27	445	1,177
17 anos	103	99	95	82	57	59	57	40	37	629	1,664
18 anos	120	88	112	85	107	84	71	70	56	793	2,098
19 anos	139	137	157	122	112	128	83	73	73	1024	2,709
Fonte SINASC local em 17/10/2023											

Tabela 29 - Indicador 22

2.3.9 *Proporção de crianças menores de 5 anos de idade abaixo do peso ideal*

Indicador 23	Proporção de crianças <de 5 anos de idade abaixo do peso ideal							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Meta prevista	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Meta executada	6,08%	8,45%	6,91%	4,87%	4,98%	4,97%	3,89%	3,67%
Fonte: SINASC – Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Base Municipal); Dados consolidados em julho/2023, sujeitos a alterações. Pop. IBGE 2010.								

Tabela 30 - Indicador 23

2.3.10 *Proporção de crianças menores de 5 anos de idade acima do peso ideal*

Indicador 24	Proporção de crianças <de 5 anos de idade acima do peso ideal (considerando risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade)							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Meta prevista	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Meta executada	12,72%	13,41	12,88%	13,05%	11,65%	11,48%	10,95%	10,64
Fonte: SINASC – Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Base Municipal); Dados consolidados em julho/2023, sujeitos a alterações. Pop. IBGE 2010								

Tabela 31 - Indicador 24

2.3.11 Cobertura Vacinal de 0 a 12 anos

Indicador 25	Cobertura Vacinal de 0 a 12 anos							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Meta executada	111,63%	96,24	107,28%	103,03%	85,61%	78,54%	68,74%	78,23
Fontes: SI-PNI Web e MV Sigss. Consultados em 14/08/2023. Passíveis de alterações								

Tabela 32 - Indicador 25

2.4 Proteção

O Município possui uma Rede Socioassistencial organizada em Proteção Social Básica e Especial. A primeira destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros, classificada entre média e alta complexidade. Na Proteção Básica, o município possui 08 CRAS – Centros e Referência de Assistência Social referenciadas em seus territórios e 02 NIAS, na proteção Social Especial possui 02CREAS – Centros de Referência Especializado de Assistência Social, com 1.558 famílias referenciadas até 2022. Compete à SEDS (Secretaria de Desenvolvimento Social) a gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), oferecendo serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial para as famílias e pessoas que deles necessitarem. Tem como foco prioritário a proteção social da família, acolhendo em suas necessidades básicas, de sobrevivência, convivência familiar e comunitária, considerando através do território e a comunidade em que vivem, quais tipos de proteções são necessárias. Embora o município possua uma Rede de Proteção Social ampla, dados de Relatório Mensal de Atendimento/2023 – RMA dos CREAS e SINAN da Vigilância Epidemiológica, ainda evidenciam a ocorrência de violações de direitos das crianças e adolescentes, expressas em diversas formas de violência.

2.4.1 Principais violações de direitos de crianças e adolescentes no Município.

Principais violações de direitos de crianças e adolescentes no Município.	Total
Crianças ou adolescentes vítimas de violência Física/psicológica	451
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	215
Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	30
Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	541
Crianças ou adolescentes vítimas de trabalho infantil	264

Tabela 33 - Violações de direitos de crianças e adolescentes no Município 2015 até 2022 compilado da tabela (32)

2.4.2 Principais Violação de direitos de crianças e adolescentes no município

Indicador 26	Principais violações de direitos							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Física/psicológica	73	118	62	40	38	15	45	55
Abuso infantil	30	18	44	19	22	26	30	26
Exploração sexual	3	3	15	3	1	1	3	1
Trabalho infantil	38	47	46	23	32	15	28	35
Abandono	83	124	77	63	48	39	46	61

Vigilância Socioassistencial. Fonte: Base de dados RMA
Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - COGESUAS

Tabela 34 - Indicador 26

2.4.3 População por faixa etária

Ano	De 0 a 6	De 7 a 15	De 16 a 17	De 18 a 25	De 26 a 45	De 46 a 59	Maior de 60
2015	7.192	11.978	2.683	6.603	12.786	5.631	4.977
2016	6.029	11.070	2.577	6.541	11.956	5.314	4.914
2017	7.468	11.331	2.526	7.059	13.128	5.895	5.583
2018	7.338	10.983	2.279	6.936	13.057	6.057	6.424
2019	7.429	10.861	2.125	6.954	13.362	6.487	7.659
2020	6.472	10.422	2.101	6.756	12.837	6.351	7.892
2021	6.173	11.123	2.370	7.216	13.810	7.146	8.732
2022	7.486	12.482	2.624	7.997	16.650	8.973	10.528

Obs. Considerados os dados apresentados no mês de dezembro de cada ano.

Fonte: RELCAD/CECAD 2.0/SENARC - Ministério da Cidadania

Tabela 35 - População etária

2.4.4 População por gênero

Ano	Masculino	Feminino
2015	21.453	30.397
2016	20.596	29.028
2017	22.443	31.361
2018	22.119	31.108
2019	23.238	32.732
2020	22.014	31.082
2021	23.763	33.563
2022	28.188	39.022
Obs. Considerados os dados apresentados no mês de dezembro de cada ano Fonte: VISDATA/SAGICAD - Ministério da Cidadania		

Tabela 36 - População por gênero

2.4.5 População por gênero criança e adolescente

Ano	Masculino		Feminino	
	De 0 a 11 anos	De 12 a 17 anos	De 0 a 11 anos	De 12 a 17 anos
2015	6685	4660	6518	4601
2016	5832	4441	5621	4355
2017	Dados não disponibilizados			
2018	6531	4223	6314	4060
2019	6611	4023	6309	3962
2020	6032	3896	5705	3819
2021	8179	8218	7856	7779
2022	6375	4586	6085	4376
Obs. Considerados os dados apresentados no mês de dezembro de cada ano Fonte: SAGICAD - Ministério da Cidadania				

Tabela 37 - População por gênero criança e adolescente

2.4.6 Número de famílias referenciadas nos serviços de assistência

Indicador 27	Famílias referenciadas em serviços de assistência							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PAIF (CRAS)	726	960	649	734	884	501	610	702
PAEFI (CREAS)	639	631	737	636	597	551	676	856
Vigilância Socioassistencial. Fonte: Base de dados RMA Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - COGESUAS								

Tabela 38 - Indicador 27

2.4.7 Formas mais recorrentes de trabalho infantil no município

Comércio ambulante, limpeza de pneus de caminhões e comiseração (mães com crianças na solicitação de dinheiro).

2.4.8 Território com maior incidência de trabalho infantil no município

Território da Zona Leste (Embaré, Encruzilhada, Boqueirão, Gonzaga) e Zona Noroeste (Piratininga).

2.4.9 Adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto

Indicador 28	Adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade	252	247	190	165	137	79	71	67
Vigilância Socioassistencial. Fonte: Base de dados RMA								
Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - COGESUAS								

Tabela 39 - Indicador 28

2.4.10 Violação de direitos de crianças e adolescentes mais recorrentes por territórios (CREAS-ZL, CREAS ZNO)

Indicador 29	Violação de direitos por território									
	2015		2016		2017		2018		2019	
Violação	ZN	ZL	ZN	ZL	ZN	ZL	ZN	ZL	ZN	ZL
Violência física /psicológica	24	49	79	39	32	30	19	21	22	16
Abuso sexual	12	18	9	9	24	20	2	17	5	17
Exploração Sexual	1	2	0	3	6	9	1	2	0	1
Negligência	42	41	94	30	34	43	20	43	22	26

Tabela 40 - Indicador 29

Indicador 30	Violação de direitos por território					
	2020		2021		2022	
Violação	ZN	ZL	ZN	ZL	ZN	ZL
Violência física /psicológica	6	9	29	16	24	31
Abuso sexual	7	19	10	20	12	14
Exploração Sexual	0	1	1	2	0	1
Negligência	20	19	24	22	26	35
Vigilância Socioassistencial. Fonte: Base de dados RMA						
Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - COGESUAS						

Tabela 41 - Continuação do Indicador 30

2.4.11 Violação de direitos de crianças e adolescentes mais recorrentes por gênero CREAS ZL, CREAS ZNO

Indicador 31	Violação de direitos por gênero (números absolutos)									
	2015		2016		2017		2018		2019	
Violação	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Violência física /psicológica	43	30	59	59	26	36	11	29	19	19
Abuso sexual	06	24	06	12	14	30	3	16	7	15
Exploração Sexual	0	3	0	3	3	12	2	1	0	1
Negligência	90	60	40	43	76	48	41	36	34	29

Tabela 42 - Indicador 31

Indicador 32	Violação de direitos gênero (números absolutos)					
	2020		2021		2022	
Violação	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Violência física /psicológica	12	3	22	23	30	28
Abuso sexual	9	17	5	25	0	26
Exploração Sexual	0	1	2	1	0	1
Negligência	22	17	20	26	35	36
Vigilância Socioassistencial. Fonte: Base de dados RMA						
Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - COGESUAS						

Tabela 43 - Continuação do indicador 32

2.4.12 Informações pertinentes advindas dos Conselhos Tutelares e /ou CMDCA.

O CMDCA enquanto conselho com papel consultivo, deliberativo e fiscalizador, estabelece fortalecimento entre governo e sociedade civil através do financiamento de projetos por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). O mesmo é um importante e transparente ferramenta que sob a orientação dos marcos legais estabelece um diálogo constante entre o Poder Público e a Sociedade Civil, conferindo suporte ao Sistema de Garantia de Direitos de Criança e Adolescente (SGDCA), colaborando para o financiamento e implantação de projetos que futuramente possam vir a se transformar em políticas públicas municipais. Ano a ano, o CMDCA lança editais com eixos diversos.

Projetos aprovados e financiados pelo Conselho da Criança e do Adolescente e aporte financeiro do ITAÚ Social no período de 2019 a 2023.

Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=content/arrecadacoes-e-pagamentos-fundos>

2.4.12.1 Desafios do CMDCA/SANTOS

- Elaborar formação para as entidades, sobre estruturação de projetos. É notória a não aprovação dos projetos devido à falta de fundamentação na escrita dos mesmos que permitam os gestores uma visão clara do que se quer realizar em cada fase do projeto, quais os resultados esperados e benefícios gerados ao público-alvo;
- Fortalecimento perante a Sociedade Civil, com representação e participação constante da mesma não só nas reuniões, mas também nas diversas ações: campanhas, seminários, formações e outros eventos promovidos pelo conselho
- Articular, ininterruptamente, o diálogo entre a Sociedade Civil e o Executivo;
- Fortalecer o SGDCA.

2.4.12.2 Avanços do CMDCA/SANTOS

- Transformação de projetos financiados pelo FMDCA em Políticas Públicas Municipais, visto a essencialidade.
- Fortalecimento das ações intersetoriais

3 CONCEITOS DA MATRIZ LÓGICA

A Matriz Lógica é o elemento central do Plano. Ela é uma ferramenta que contém informações de forma clara e simples para facilitar o trabalho daqueles que a utilizarão como ferramenta de gestão, execução ou controle. Nela são detalhados quais são os resultados esperados, por meio dos quais serão gradualmente alcançados os objetivos intermediários e que contribuirão para a realização do objetivo de impacto e, conseqüentemente, a solução de problemas. Seus elementos estão descritos abaixo.

- **Problema central:** expressa uma situação concreta negativa identificada como prioritária capaz de ser resolvida ou atenuada pelo Município no período de vigência do Plano (10 anos). Para a seleção de quais problemas devem constar no Plano, devem ser definidas prioridades, de acordo com a urgência e com a capacidade de execução do município sobre cada um deles. Para cada problema central está associado um objetivo de impacto.
- **Objetivo de impacto:** exprime a transformação do problema central (situação negativa) em situação futura desejada. Expressa a situação positiva ou favorável que se quer alcançar, quando tiver sido resolvida ou reduzida a situação negativa identificada, registrada como problema central. Cada objetivo de impacto possuirá um ou mais resultados esperados/metasp, que podem ser entendidos como objetivos intermediários.
- **Resultados esperado/meta:** situação concreta que deverá ser atingida ao final da execução das ações ou projetos escolhidos para produzi-lo. Ao ser alcançado, cada resultado esperado/meta deve ser capaz de levar à situação descrita no objetivo de impacto. Além disso, deve ser passível de uma constatação que não dê margem a interpretações pessoais, ou seja, deve ser construído a partir de parâmetros, chamados de indicadores de resultado. Cada resultado esperado/meta possui pelo menos um indicador de resultado.
- **Indicador de resultado:** permite acompanhar, por meio de fatos ou de dados, se o resultado esperado está sendo ou foi alcançado e em que medida – integralmente ou parcialmente. Cada indicador de resultado possui um meio de verificação.
- **Meio de verificação:** mostra onde o indicador de resultado pode ser obtido, acessado ou localizado.

- **Ação/projeto:** meios que serão utilizados para alcançar o resultado esperado/meta aos quais foram associados. Portanto, deve haver total compatibilidade entre a ação ou projeto e o seu respectivo resultado esperado/meta. A cada ação/projeto estão associados seus respectivos elementos descritivos, listados abaixo.
- **Responsável:** ator (órgão ou setor) ao qual cabe a responsabilidade da execução de cada ação ou projeto. Para cada ação há apenas um responsável, o que não significa que não possa haver demais atores empenhados em sua execução. Cabe a este responsável articular esses demais atores envolvidos.
- **Envolvidos:** ator ou atores que contribuem para a execução da ação/projeto, mas que não são o principal executor (responsável).
- **Prazos:** mês ou ano nos quais começarão e terminarão as ações/projetos, permitindo o seu acompanhamento. Ao explicitar os prazos de cada uma das ações/projetos, é possível diferenciar ações de curto, médio ou longo prazo, bem como ações pontuais de ações contínuas, além de permitir o encadeamento de ações dependentes entre si.
- **Fonte de recursos:** indica a origem do financiamento das ações/projetos propostos. A identificação da fonte de recursos ajuda a trazer materialidade ao Plano e impede que o Plano seja composto de ações inviáveis do ponto de vista de seu financiamento. Pode ser indicado a secretaria, fundo ou órgão que viabilizará a ação ou o projeto vinculado.

4 MATRIZ LÓGICA

A matriz lógica utilizada é a que incorpora os ODS, até porque a Cidade é Signatária da Agenda 2030, desde o início de sua implantação pela ONU. E em 27 abril de 2022, visando enxergar a Agenda 2030 da ONU, a luz das características específicas da cidade lançou-se, sobre a regência do Prefeito Rogério Santos, a Agenda Santos – 2030.

Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=portal/ods-santos-2030>>.

Essa agenda tem por objetivo apresentar uma radiografia mais pormenorizada do município, subsidiando propostas para elaboração de Planos Municipais e Políticas Públicas que sejam mais alinhadas aos caracteres do município e realmente provoquem melhorias significativas na qualidade de vida dos munícipes e em sintonia com a conscientização da necessidade de preservação do meio ambiente.

Os ODS têm total relação com a criança e o adolescente pois os objetivos do mesmo visam sempre a melhoria da qualidade de vida enfatizando a necessidade de defesa, proteção e promoção, dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias, a partir do entendimento de suas necessidades básicas e também com a finalidade de ofertar oportunidades variadas para o pleno desenvolvimento ao longo das fases de crescimento.

Os ODS e suas metas têm em vista o seu potencial para orientar a Política Pública e os investimentos necessários para o cumprimento das metas prioritárias da primeira infância, sendo esses os objetivos eleitos nas metas e ações na matriz lógica de cada política.



Disponível em: <<https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>>

4.1 Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde materna

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA											
1	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:		Secretaria Municipal de Saúde - SMS								
	ÁREA TEMÁTICA:		Promoção de vidas saudáveis								
	SUBTEMA:		Atenção à saúde materna								
	PROBLEMA CENTRAL :		Coeficiente de mortalidade perinatal, maior que o preconizado pela Organização Mundial de Saúde(OMS), maior que 10, nos últimos cinco anos								
	OBJETIVO DE IMPACTO :		Diminuir o índice de mortalidade perinatal para 1 dígito a exemplo do coeficiente de mortalidade infantil								
	PRIORIDADE:		Alta								
	ODS associado:										
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS		METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
Redução do coeficiente de mortalidade perinatal para valor menor que 10, a exemplo de coeficiente de mortalidade infantil (morte de crianças no primeiro ano de vida). Nos últimos 5 anos, estamos tendo uma redução do número absoluto de óbitos, porém o coeficiente, ainda vem oscilando: 2017 = 9,0, 2018 = 11,8, 2019 = 10,3, 2020 = 7,8, 2021 = 10, 2022 = 8,0 e parcial de 2023 (em 15/08/2022) = 8,0 . Esse ano de 2023, estamos mantendo com um único dígito, assim como em 2017, 2020, 2022.		2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais; 3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos; 3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar; 3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais; 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços.	Coeficiente de mortalidade infantil para valor menor que 10.	Coeficiente de Mortalidade Infantil. Dados do Departamento de Vigilância em Saúde (DEVIG)/Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Declaração de Nascimento/DN; SINASC; e Declaração de Óbito/DO: SIM. (dados dos bancs federais em 15/08/2023)	Continuidade do Programa Mãe Santista criado em 2013 (captação precoce da gestante, oferta de consultas, exames, medicações , Plano de Parto, Acolhimento hospitalar humanizado. Médicos ginecologistas apoiadores). Escolas das Mães (criado em 2016, como um projeto dentro do Programa "Mãe Santista" (pré natal ampliado, com a participação da gestante e familiares com orientações sobre autocuidado, cuidado com o bebê, planejamento reprodutivo, direitos da gestante e puerpera, parto, amamentação, etc). além do Programa Recém-nascido de Risco com a captação precoce dos bebês ainda nas maternidades, marcação de consulta dentro dos 10 primeiros dias de vida e vigilância durante os primeiros meses de vida.		Em andamento10/05/1311/12/24		Departamento Administrativo e de Infraestrutura(DEAFIN)/Secretaria Municipal de Saúde. Secretaria Estadual de Saúde. Ministério da Saúde.	Programa Mãe Santista - Departamento de Atenção Básica (DEAB), Departamento de Atenção Especializada (DEAESP), Departamento de Prontos Socorros e Hospitais (DAPHOS) da Secretaria Municipal de Saúde; Programa Recém-nascido de Risco - Departamento de Vigilância em Saúde (seção SEVIG-MMI)/Gabinete Prefeito. Escola de Mães - Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde.	Unidades Básicas de Saúde; Hospitais públicos e privados; Fundo Social de Solidariedade; Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).
Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.											

Tabela 44 - Promoção de Vidas Saudáveis: Atenção à saúde materna

4.2 Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde da criança

    										
Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA										
3	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Saúde - SMS								
	ÁREA TEMÁTICA:	Promoção de vidas saudáveis								
	SUBTEMA:	Atenção à saúde da criança								
	PROBLEMA CENTRAL :	Deficiência no atendimento, específico, para diabéticos tipo I (DMI), tanto estrutural quanto profissional, visto que a doença aparece, geralmente, na infância ou adolescência e ante o aumento crescente de afetados.								
	OBJETIVO DE IMPACTO :	Melhorar o atendimento estrutural e multiprofissional, específico, para diabéticos tipo I e seus familiares, de modo que ambos possam assumir o que lhes cabe nos cuidados, diariamente, necessários com maior confiança e autonomia.								
	PRIORIDADE:	Alta								
	ODS associado:									
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
Melhoria em 70% da qualidade de vida de crianças e adolescentes. Estamos com ambulatório funcionando: Centro de Referência do DM1 tinha em 2022: 57 pessoas cadastradas entre 12 e 18 anos (no total de 220 pessoas) com DM1 e agora em 15/08/2023 temos 94 adolescentes entre 12 e 18 anos (de um total de 276). Equipe multidisciplinar: 1 endócrino ped, 2 endócrino clínico, 1 nutricionista, 1 psicólogo, 1 enfermeira.	3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar	Número de diagnósticos (número de diagnósticos gerados na população entre 15 e 18 anos/número de adolescentes cadastrados no centro de referência para DM I por ano X 100).	Departamento de Vigilância em Saúde (DEVIG), Sistema Integra e Sistema de Atenção Básica (SISAB), Departamento de Regulação (DEREG) - Secretaria Municipal de Saúde/SMS.	Instalar o Centro de Referência em Diabetes tipo I com atendimento multidisciplinar (psicólogo, endócrino, educador físico, enfermeira e nutricionista), que funcionará no Ambulatório Municipal de Especialidades.	concluído	01/11/20	11/12/24	Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura DEAFIN)/Secretaria Municipal de Saúde. Fonte 2 - Secretaria Estadual de Saúde. Fonte 5 - Ministério da Saúde.	Departamento de Atenção Especializado (DEAESP)/Secretaria Municipal de Saúde(SMS)	Departamento de Atenção Básica(DEAB); Departamento de Prontos Socorros e Hospitais (DAPHOS)/ AMBESP - Ambulatório Municipal de Especialidades/
				Capacitar, permanentemente, profissionais de saúde pública, com uma maior padronização no tratamento para o controle/acompanhamento de diabéticos do tipo I.	concluído / continua	01/08/2017	11/12/24	Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura DEAFIN)/Secretaria Municipal de Saúde. Fonte 2 - Secretaria Estadual de Saúde. Fonte 5 - Ministério da Saúde.	Departamento de Atenção Especializado (DEAESP)/Secretaria Municipal de Saúde(SMS)	Departamento de Atenção Básica(DEAB); Departamento de Prontos Socorros e Hospitais (DAPHOS)/ AMBESP - Ambulatório Municipal de Especialidades/

Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.

Tabela 45 - Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde das crianças

4.3 Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde do adolescente

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA													
4	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:		Secretaria Municipal de Saúde - SMS										
	ÁREA TEMÁTICA:		Promoção de vidas saudáveis										
	SUBTEMA:		Atenção à saúde do adolescente										
	PROBLEMA CENTRAL :		Baixa adesão as duas doses de vacinação necessária, contra o Human Papiloma Virus-HPV, que desde 2014 quando começou a vacinação para meninas, passando por 2017, início da vacinação de meninos, registra índice de cobertura vacinal em torno de 45%.										
	OBJETIVO DE IMPACTO :		Aumentar o índice de 45% para 80%, de infanto-juvenis imunizados, com as duas doses necessárias, contra o Human Papiloma Virus – HPV.										
	PRIORIDADE:		Alta										
	ODS associado:		3 Saúde e Bem-estar										
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS		METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS		
Elevar para 80% o número de infantojuvenis, entre 9 e 14 anos, imunizados através das duas doses da Vacina contra o HPV. A atual cobertura com a nova faixa etária de 9 a 14 anos que passou a vigorar a partir de setembro de 2022 para ambos os sexos, em novembro de 2022 estávamos com cobertura de 27,52%. A pandemia de Covid interferiu na proporção de cobertura vacinal, com o afastamento da população das atividades preventivas nas unidades básicas de saúde, e as estratégias para que a população retorne aos programas e atividades, além da vacinação do calendário do ministério da saúde foram retomadas gradativamente desde 2021. Atualmente, contamos com cobertura vacinal de HPV (2º dose) de 62% dessa população alvo (até 31/07/2023). Foram adotadas estratégias de solicitar comprovação de status vacinal "em dia" no retorno às aulas de agosto, além de promoção da vacinação nas escolas.		3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis; 3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais	Percentual médio de adolescentes vacinados no município. Cobertura vacinal.	Dados estatísticos da Secretaria Municipal de Saúde. SIPNI Monitoramento permanente da cobertura Vacinal.	Prosseguir e ampliar a participação escolar no Programa Santos Jovem Doutor. Projeto realizado no contraturno escolar, nos anos finais do Ensino Fundamental II, 8º e 9º em parceria com o Instituto de Telemedicina da Universidade de São Paulo. O objeto do programa é desenvolver ações de prevenção e promoção em saúde, prioritariamente contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e outras doenças Infectocontagiosas, por meio de utilização de recursos Tecnológicos, estimulando a busca por informações, o exercício da Cidadania e formas mais prazerosas de disseminar informações aos seus pares e também para a comunidade de escolar como um todo. Devido ao sucesso e relevante utilidade pública educacional, o Programa, ainda, conta com um projeto piloto com as turmas de alunos de 7ºs anos, que saiu de 2 para 6 escolas da rede em 2022. Vacinação em escolas. Adesão ao Programação Nacional de Imunização - PNI.		Em andamento		01/06/15	11/12/24	Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Ministério da Saúde, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos, Departamento Administração e de Infraestrutura (DEAFIN) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).	Coordenadoria de Doenças Infectocontagiosas (CCDI)/Secretaria Municipal de Saúde (SMS).	Diretoria de Comunicação (DICOM); Secretaria Municipal de Educação (SEDUC); Programa Saúde na Escola (PSE)/Rotary Clube. Programa Jovem Doutor Seção de Projetos Educacionais Especiais (Seproje) Prof. Dr. Chao Lung Wen Chefe da Disciplina de Telemedicina do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (DTM-FMUSP).
A atual cobertura com a nova faixa etaria de 9 a 14 anos que passou a vigorar a partir de setembro de 2022 para ambos sexos, está em 62% (dados SEVIEP em 31/07/2023)													
Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.													

Tabela 46 - Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde do adolescente

4.4 Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde do adolescente (gravidez)

    										
Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA										
4.1	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Saúde - SMS								
	ÁREA TEMÁTICA:	Promoção de vidas saudáveis								
	SUBTEMA:	Atenção à saúde do adolescente								
	PROBLEMA CENTRAL :	Alto índice de gravidez, não planejada, na adolescência, na faixa de 15 à 18 anos.								
	OBJETIVO DE IMPACTO :	Diminuir em mais 30%o número de gravidez, não planejada, na adolescência, em relação aos índices observados desde o ano de 2016, que vem em sucessivos decréscimos, mas ainda assim considerados altos.								
	PRIORIDADE:	Alta								
	ODS associado:	3 SAÚDE E BEM-ESTAR 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 5 IGUALDADE DE GÊNERO 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES								
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
Diminuição em mais 30% o índice de gravidez, não planejada, em adolescentes, nota-se um decréscimo nestes Índices, em 2017 = 327, 2018 = 266, 2019 = 253, 2020 = 223, 2021 = 212, 2022 = 173 e 2023 parcial (até 15/08/2023) = 109, ainda que vem decrescendo o total de nascidos vivos, proporcionalmente decaímos a porcentagem de mães adolescentes de 6,8% em 2017 e atual, parcial em 2023, 4,6%, com uma estrutura organizacional, em relação à diversas políticas públicas, conseguimos essa melhora.	3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais. 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo e meta 4.5. 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão e meta (5.b; 5.c; 5.6; 5.b; 5.c. 8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros e meta 8.8. 10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	DEVIG - estatísticas vitais - através do banco SINASC (DE 15/08/2023)	DEVIG, SINASC (sistema de nascidos vivos)	Orientação permanente sobre Planejamento Reprodutivo nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) e no Programa Escola das Mães, desenvolvido das Unidades de Saúde da Família; Campanhas de Conscientização e atenção Permanentes;	Em andamento	04/03/13	11/12/24	Fonte 1 - Departamento Administrativo e de Infraestrutura(DEAFIN)/Secretaria Municipal de Saúde. Fonte 2 - Secretaria Estadual de Saúde. Fonte 5 - Ministério da Saúde. Fonte 6 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Departamento de Vigilância em Saúde (DEVIG), Sistema Integra e Sistema de Atenção Básica (SISAB), Departamento de Atenção Especializada (DEAESP)/SMS (Secretaria Municipal de Saúde)	Secretaria Municipal de Educação(SEDUC); Diretoria de Comunicação(DICOM); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente(CMDCA). Programa Saúde na Escola (PSE). Programa Jovem Doutor em parceria com a Universidade de São Paulo(USP).
Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.										

Tabela 47 - Promoção de vidas saudáveis: Atenção à saúde do adolescente (gravidez)

4.5 Proteção em situação de risco: Iniciação profissional

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA											
12	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:		Secretaria Municipal de Assistência Social - SEDS								
	ÁREA TEMÁTICA:		Proteção em situações de risco								
	SUBTEMA:		Iniciação profissional								
	PROBLEMA CENTRAL :		Baixo índice de preenchimento de cotas de aprendizagem para adolescentes, sendo que das 3.800 vagas apenas 1.800 estão ocupadas (RAIS, 2021). evidenciando a necessidade da inclusão produtiva de adolescentes, em especial em situação de vulnerabilidade.								
	OBJETIVO DE IMPACTO :		Aumento do preenchimento das cotas de aprendizagem, principalmente, por adolescentes em situação de vulnerabilidade social, visando o rompimento de ciclos de produção e reprodução de situações de pobreza.								
	PRIORIDADE:		Média								
	ODS associado:		1ERRADICAÇÃO DA POBREZA 4EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 8TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO 10REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES 16PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES								
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS		METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
					DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
1- Implementação do disposto no Decreto Municipal n.º 7.582, de 08 de novembro de 2016 (curto prazo: até 2023). 2 - Aumento em 30% da ocupação das vagas/cotas em programas de qualificação profissional Municipal para adolescentes (curto prazo: até o final de 2023). 3. Sensibilização das empresas com contrato vigente com a Prefeitura do Município de Santos para o preenchimento das cotas de aprendizagem. Para além da consequência direta das mortes e dos adoecimentos provocados, a pandemia de COVID-19 aprofundou o desemprego e a pobreza, resultando na redução das cotas de aprendizagem no município. Impacto da pandemia sobretudo entre as famílias já em situação de maior vulnerabilidade social. Esses fenômenos levaram os serviços socioassistenciais a alterar suas práticas a fim de lidar com a realidade colocada, encontrando uma série de desafios em sua atuação. Esse contexto tornou ainda mais evidente a importância da Política de Assistência Social, enfatizando o caráter essencial dos seus serviços, programas e benefícios para a garantia de proteção às famílias, bem como a importante relação que ela estabelece na proximidade com as famílias em seus territórios.		1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de PPC\$ 3,20 por dia e meta 1.2; 1.3. - 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade e metas 4.4; 4.5; 4.a; 8.6 - até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação e meta 8.7; 10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional e demais metas 10.2; 10.3; 10.4; 16.1 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.	Aumento de Adolescentes inseridos no Mundo do trabalho e/ou qualificados para o primeiro emprego.	1 - Cotas aprendizagem ocupadas segundo o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). 2 - Número de adolescentes encaminhados pelos serviços socioassistenciais ao Projeto Municipal de Aprendizagem e a programas de qualificação profissional municipal." http://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/3548200?dimensao=aprendizagem .	Formalizar o Termo de Colaboração com Organização Social para execução do Projeto Municipal de Aprendizagem (Lei Municipal N.º 2.867, de 19/10/2012) e acompanhamento da Lei Federal 10.097/00, Lei de Aprendizagem e demais Legislações Vigentes.	Em andamento 1. Composição da Equipe técnica de referência Em andamento 2. Composição do Grupo Gestor.	19/10/12	19/10/23	Fonte 1 - Por meio da Coordenadoria Administrativa, de Controle Orçamentário, Financeiro e de Infraestrutura - COAFI, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e seus departamentos.	GABINETE Secretaria de Desenvolvimento Social (GAB-SEDS), Gabinete Secretaria de Finanças (GAB-SEFIN), Gabinete Secretaria de Gestão (GAB-SEGES), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Gabinete do Prefeito Municipal (GPM); Procuradoria Geral do Município (PROJUR), PROTRAB (Procuradoria Trabalhista do Município). Departamento de Empreendedorismo e Emprego (DEREEG)/Secretaria da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos/Secretaria de Empreendedorismo, Economia Criativa e Turismo/ Secretaria de Assuntos Portuários, Indústrias e Comércio (SAPIC).

Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.

Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.

Tabela 48 - Proteção em situação de risco: Iniciação profissional

4.6 Proteção em situação de risco: Trabalho infantil

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA												
18	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:		Secretaria Municipal de Assistência Social - SEDS									
	ÁREA TEMÁTICA:		Proteção em situações de risco									
	SUBTEMA:		Trabalho Infantil									
	PROBLEMA CENTRAL :		Aumento do índice de trabalho infantil, na faixa de 9 a 17 anos, cerca de 32% entre 2014 e 2019, em especial na Zona Leste e Noroeste, segundo dados obtidos CMPETI (Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil) e serviço de abordagem.									
	OBJETIVO DE IMPACTO :		Diminuição do número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, objetivando a inserção em entidades qualificadoras (na condição de menor aprendiz), bem como permanência na Escola com sucesso para todos os identificados nesta condição.									
	PRIORIDADE:		Média									
	ODS associado:		1ERRADICAÇÃO DA POBREZA 2FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL 3SAÚDE E BEM-ESTAR 4EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 5IGUALDADE DE GÊNERO 8TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO 10REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES 16PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES									
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS		METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS	
					DESCRIÇÃO		STATUS		INÍCIO		TÉRMINO	
Reduzir em 60% o número de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos de idade em situação de qualquer tipo de "ação" que possa ser considerado trabalho Infantil, garantindo-lhes o direito inerente de pessoa em desenvolvimento, tanto na inclusão em Entidades Qualificadoras, cursos de menor aprendiz, quanto na permanência com sucesso na Escola. Em relação aos serviços voltados ao atendimento à população em situação de risco por ocorrência de violação de direitos, a equipe do Serviço de Abordagem Social voltada a crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil, continuado e presencial, permaneceu atuando durante toda o período da pandemia e percebeu o aumento de famílias em situação de rua ou com crianças em trabalho infantil em razão do empobrecimento da população.		1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de PPC\$ 3,20 por dia e meta 1.2; 1. 1.1 - 2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir até 2025 as metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e pessoas mais velhas - 3.8 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos e demais metas 4.1; 4.2; 4.a; 4.c - 5.1; 5.2 8.6; 8.7 - 10.1; 10.2; 10.3; 10.4 - 16.2.	1- Mapeamento, identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil com encaminhamento para os serviços de rede socioassistencial e educacional de imediato. 2 - Redução significativa do Índice de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil abordadas e encaminhadas para a rede de serviços socioassistenciais.	Registro Mensal de Atendimento - RMA. Número de notificações registradas pelo Serviço socioassistencial, abordagem e Conselhos Tutelares. Sistema Federal de Inspeção do Trabalho. MPT Digital - Sistema de acompanhamento do Ministério Público do Trabalho Número de Crianças e adolescentes Inscritas no CadÚnico Número de Denúncias.	Atualizar diagnóstico Municipal com mapeamento da demanda, com vistas a elaboração de perfil área e índice de crianças e Adolescentes diagnosticados, com vistas a articulação intersectorial com destaque para os eixos: I- Informação e Mobilização; II- Identificação; III-Defesa Responsabilização; IV-Proteção; V- Monitoramento.		Concluído 1. Diagnóstico Socio territorial Concluído 2. Diagnóstico dos Direitos das Crianças e Adolescentes -		03/06/19		01/06/2021 01/06/2022	
					Ampliar a cobertura de serviço de abordagem social, por meio de aditamento do termo de colaboração vigente com a organização da Sociedade Civil que executa os serviços de abordagem Social.		1. Elaboração de Edital de chamamento público - em andamento		01/06/2022		31/12/2023	
					Fonte 1- Coordenadoria Administrativa de controle Orçamentário, Financeira e de Infraestrutura- COAFI/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS). Fonte 2 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Fonte 5 - Ministério de Desenvolvimento Social/Governo Federal. Fonte 6 -FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.		Departamento de Proteção Social Especial - (DEPROS-E)/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS).		GAB-SEFIN Gabinete da Secretaria de Finanças; CMAS/Conselho Municipal de Assistência Social e CMDCA/Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; CM-PETI Comissão Municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (ligado ao CMDCA).			
Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.												

Tabela 49 - Proteção em situação de risco: Trabalho infantil

4.7 Proteção em situação de risco: Violência e exploração sexual de crianças e adolescente

  PREFEITURA DE Santos										
Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA										
19	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Assistência Social - SEDS								
	ÁREA TEMÁTICA:	Proteção em situações de risco								
	SUBTEMA:	Violência e exploração sexual de crianças e adolescentes								
	PROBLEMA CENTRAL :	Aumento em 16% de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, entre 2009 – 2018, mesmo com a dificuldade de identificação, denúncias e consequente inserção nos serviços ofertados pelas diferentes políticas públicas do Município.								
	OBJETIVO DE IMPACTO :	Diminuição do número de crianças e adolescentes em situação de violência e exploração sexual.								
	PRIORIDADE:	Média								
	ODS associado:	1 2 3 4 5 8 10 16								
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
Redução de notificações de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes a Patamares Inferiores à 2009, que era de 95 contra 110 casos em 2017.	1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de PPC\$ 3,20 por dia e meta 1.2; 1.3; 1.4 - 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano e meta 2.2 - 3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais e meta 3.8 e demais metas 4.4; 4.5; 4.7 - 5.1; 5.2 - 8.6; 8.7 - 10.1; 10.2; 10.3 - 16.2.	1 – Número de situações mapeadas, por Meio de Diagnóstico Municipal. 2 - Razão entre o Número de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes (Sinan Net) e o número de situações identificadas e Encaminhadas para a Rede de serviços (RMA). 3 - Razão entre o número de Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes registrados no Sinan Net (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) e o número de Ocorrências policiais registradas por mês na Delegacia da Infância e Juventude de Santos (DIJU SANTOS)".	RMA - Registro Mensal de Atendimentos da Assistência Social; Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net; Dados estatísticos da Delegacia da Infância e Juventude de Santos (DIJUR) Número de denúncias Aos órgãos Especializados, Incluindo Conselho Tutelar. Assistência Social; Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net; Dados estatísticos da Delegacia da Infância e Juventude de Santos (DIJUR) Número de denúncias aos órgãos Especializados, Incluindo Conselho Tutelar.	Realizar Diagnóstico Municipal com foco Na construção coletiva do Diagnóstico Socioterritorial da criança e do adolescente de forma intersectorial ,com vistas a traçar perfis metodológicos que resultem em subsídios. As ações que mitiguem a temática evidenciada. Esta ação vem sendo subsidiada pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), com tratativas Iniciadas em 2017. No ano de 2018/2019, foram feitas diversas formações com atores do Sistema de Garantia de Direitos e compilação de dados. Durante o ano de 2020, será a elaboração do diagnóstico propriamente dito.	Concluído 1. Diagnóstico de Crianças e Adolescentes	20/04/17	01/11/22	Fonte 6 - Companhia Paulista De Força e Luz (CPFL).	Departamento de Proteção Social Especial - (DEPROS-E)/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS).	Departamento de Proteção Social Básica (DEPROS-B), Seção de Projetos Educacionais (SEPROJE) da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil (CEVISS) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Departamento de Atenção Básica (DEAB) da Secretaria Municipal de Saúde.
				Reorganizar o Núcleo Integrado de Articulação e Atendimento a Crianças e Adolescentes (NIA_CA), em funcionamento desde agosto de 2018, que é um espaço de articulação e integração entre os serviços públicos que compõe a rede de garantia de direitos propriamente dita e demais serviços existentes na cidade que também são afetos às crianças e adolescentes.	concluído	20/05/2019	13/01/2020	Fonte 1 - Coordenadoria Administrativa, de Controle Orçamentário, Financeiro e de Infraestrutura (COAFI) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS)	Coordenadoria da Juventude (COJUV)/Secretaria de Desenvolvimento Social.	Seção de Projetos Educacionais(SEPROJE)/ Secretaria Municipal de Educação(SEDUC); Coordenadoria de Saúde Mental (COS-Mental) por meio do PSE (Programa Saúde Na Escola)/ Secretaria Municipal de Saúde(SMS); Promotoria da Vara da Infância e Juventude do MPESP; Conselho Municipal dos Direitos de Criança e Adolescente (CMDCA); Secretaria de Desenvolvimento Social.
				Ampliar serviço de abordagem social, executado pelas Secretarias de Assistência Social e de Saúde, visando à identificação e vinculação das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, bem como a inserção destes nos diversos serviços de acompanhamento, fortalecimento, proteção, acolhimento, assistência, ofertados pelas diferentes políticas públicas vigentes no Município.	Em andamento Elaboração do Edital de Chamamento Público da Assistência Social	13/05/2019	11/12/2024	Fonte 1 - Coordenadoria Administrativa, de Controle Orçamentário, Financeiro e de Infraestrutura (COAFI) da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) Fonte 6 -Fundo Municipal dos Direitos da Assistência Social (FMAS) administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Social.	Coordenadoria da Juventude (COJUV) /Secretaria de Desenvolvimento Social.	Departamento de Proteção Básica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (DEPROS-B); Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Procuradoria Geral do Município (PROJUR); Gab-SEFIN (Gabinete da Secretaria Municipal de Finanças).

Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023

Tabela 50 - Proteção em situação de risco: Violência sexual de crianças e adolescente

4.8 Educação de qualidade: Educação Infantil (Creche)

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA											
7	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:		Secretaria Municipal de Educação - SEDUC								
	ÁREA TEMÁTICA:		Educação de qualidade								
	SUBTEMA:		Educação Infantil (Creche)								
	PROBLEMA CENTRAL :		Número insuficiente de vagas para atendimento Educação Infantil (0 a 3 anos) em tempo Integral .								
	OBJETIVO DE IMPACTO :		Ampliar o número de vagas para crianças de 0 a 3 anos garantindo o acesso à creches, mesmo sendo matrícula opcional.								
	PRIORIDADE:		Alta								
	ODS associado:		4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE								
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS		METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
					DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
Diminuir o deficit de 11,49% para 5,74%, com ampliação de 50% do atendimento em período integral em creches, para atendimento de crianças de 0 a 3 anos.Histórico: 2014 nº total de vagas = 8005 nº vagas em Período integral = 6892 (86,10%) 2015 nº total de vagas = 8160 nº de vagas Em período integral = 7138 (87,48%) 2016 nº total de vagas = 8.488 nº de vagas em período integral = 7.250 vagas (85,41%) 2017 nº total de vagas = 8.367 nº de vagas em período integral = 7.285 vagas (87,70%) 2018 nº total de vagas = 8.415 nº de vagas em período integral = 7.277 vagas (86,48%) 2019 nº total de vagas = 8.610 nº de vagas em período Integral = 7.621 Vagas (88,51%). 2022 nº total de vagas 8.370 nº vagas em período integral = 7.747 vagas (92,56%).		4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário	Número de creches construídas até o fim da vigência do plano. Número de convênios firmados com entidades do terceiro setor Com finalidades de aprendizagem e Desenvolvimento De crianças de 0 a 3 anos.	Inep – Censo Escolar (http://www.inep.gov.br); Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (https://ibge.gov.br); Secretaria Escolar Digital – SED (programa do Governo Estadual de livre acesso a dados básicos) https://sed.educacao.sp.gov.br Sistema Integrado de Gestão Escolar (Siges) – (https://egov.santos.sp.gov.br/siges); Detalhamento no Plano Plurianual (PPA) – portal da transparência do município; Detalhamento na Lei Orçamentária Anua (LDO) – portal da transparência do município; Detalhamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) – portal da Transparência do município.	Construir creches. Entre 2017 e 2018, já foram entregues 3 creches, sendo que entre novembro de 2019 até o início de 2020, serão entregues mais três Unidades Municipais de Educação para atendimento da Educação Infantil em Período integral (Jabaquara, Morro da Penha, Morro do São Bento). Até o final de 2020, serão entregues mais duas que já estão em construção. Foram entregues as UMES Jabaquara, São Bento, Penha e as UMEs Piratininga e Caruara.	Concluído	11/12/14	21/02/20	Fonte 6 - Termo de Responsabilidade de Implantação de medidas Mitigadoras e ou Compensatórias (TRIMMC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (Deafin). Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (Deafin) administrado na Secretaria de Educação.	Secretaria Municipal de Educação(Seduc).	Secretaria Municipal de Educação (Seduc); Secretaria Municipal de Finanças (Sefin); Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Seserp); Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações (Siedi); empresas particulares.
					Ampliar convênios com o terceiro Setor. Diante da pandemia, e a consequente diminuição no número de matriculados, não foi necessária a ampliação dos convênios.	Concluído	11/12/14	11/12/24	Fonte 1- Departamento de Administração, Finanças e Infraestrutura(DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação.		
Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.											

Tabela 51 - Educação de qualidade: educação infantil (Creche)

4.9 Educação de qualidade: Educação Infantil (pré-escola)

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA										
8	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Educação - SEDUC								
	ÁREA TEMÁTICA:	Educação de qualidade								
	SUBTEMA:	Educação Infantil (pré-escola)								
	PROBLEMA CENTRAL :	Número insuficiente de vagas em tempo integral nas escolas de educação infantil para crianças de 4 a 5 anos nas áreas da zona Noroeste, Morros e Caruara.								
	OBJETIVO DE IMPACTO :	Ampliar, progressivamente, o número de vagas em escola de tempo integral para a faixa etária de 4 a 5 anos.								
	PRIORIDADE:	Alta								
	ODS associado:									
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
Ampliar em 48,79% o número de vagas na educação infantil (4 -5) em tempo integral nos territórios, Caruara, Zona Noroeste e Morros, até o final da vigência do plano em 2024. Histórico: 2014 nº total de vagas = 2804 nº vagas para os territórios em tela = 593 vagas (21,15%) 2015 nº total de vagas = 2492 nº de vagas para os territórios em tela = 438 vagas (17,58%) 2016 nº total de vagas = 20571 nº de vagas nos territórios em tela - 477 vagas (18,55%) 2017 nº total de vagas – 3.774 nº de vagas nos territórios em tela = 608 vagas (16,11%) 2018 nº total de vagas = 3063 nº de vagas nos territórios em tela = 689 vagas (22,49%) 2019 nº total de vagas = 3386 nº de vagas nos territórios em Tela = 910 vagas (26,88%). 2022 nº total de vagas = 4.006 nº vagas nos territórios em tela = 1.142 vagas (28,51%).	4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário	Número de vagas ofertadas x por Números de alunos matriculados ao longo dos 10 anos de vigência do plano, tantos pelas Unidades Municipais de Educação (UMEs), quanto pelas entidades Subvencionadas.	Secretaria Escolar Digital – SED (programa do Governo Estadual de livre acesso a dados básicos)- https://sed.educacao.sp.gov.br Qedu(https://www.qedu.org.br) Inep – Censo Escolar (http://www.inep.gov.br) Sistema Integrado de Gestão Escolar (Siges) – (https://egov.santos.sp.gov.br/siges)	Construir e/ou readequar espaços escolares para atendimento da demanda nas unidades já existentes para o atendimento Em tempo Integral. Novas UMEs: Morro= Terezinha Calçada e Orlando Adegas (construção); Magali Alonso (readequação) Área Continental = Nova UME Noel Gomes Ferreira (construção). ZN = Luiz Alca d Santana (construção); Pedro Crescenti e Bandeira Brasil (readequação).	Concluído/ Em andamento.	11/12/14	11/12/24	Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro de Infraestrutura (DAEFIN) - Secretaria Municipal de Educação. Fonte 6 - Termo de Responsabilidade de Implantação de medidas Mitigadoras e ou Compensatórias (TRIMMC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Financeiro e de Infraestrutura/DEAFIN.	Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).	Secretaria Municipal de Educação (Seduc); Secretaria Municipal de finanças (Sefin); Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Seserp); Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações (SIEDI) e Iniciativa privada.
Atualização* Ofertar 75% das vagas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II em Tempo Integral até 2024.										
Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.										

Tabela 52 - Educação de qualidade: educação infantil (pré-escola)

4.10 Educação de qualidade: Educação Infantil (pré-escola)- Baixa proficiência de conhecimentos necessários em Matemática e Língua Portuguesa

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA											
10	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:		Secretaria Municipal de Educação - SEDUC								
	ÁREA TEMÁTICA:		Educação de qualidade								
	SUBTEMA:		Educação Infantil (pré-escola)								
	PROBLEMA CENTRAL :		Baixa proficiência de conhecimentos necessários em Matemática e LP, segundo IDEB 2017, em especial no 9º ano, para acompanhar e assimilar as aprendizagens previstas para os anos posteriores e prosseguimento dos estudos com êxito.								
	OBJETIVO DE IMPACTO :		No mínimo, atingir a meta prevista para o IDEB 2019, que é de 5,8.								
	PRIORIDADE:		Alta								
	ODS associado:		4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE								
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS		METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
Atingir a meta prevista para o IDEB em 2019, que é de 5,8 e atualmente está em 5,0 (ano de referência 2017), segundo dados QEDU e/ou INEP, almejando atingir a proporção de 70% de alunos que devem aprender estabelecida pelo Movimento Todos Pela Educação, até 2022. Devido à pandemia em 2020, cujos impactos diretos perduraram ainda no início do ano letivo de 2021, não conseguimos atingir a meta prevista. Ao final de 2021 obtivemos índice de 5,3 no IDEB.		4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática. 10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).	Inep/Saeb - Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/consulta-ideb Dados QEDU - https://www.qedu.org.br	Intensificar processos de formação continuada dos docentes, com vistas a trocas de experiências, atualização de saberes e inovações em sala de aula.	Concluído / Permanente	01/08/13	11/12/24	Fonte 1 -Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).	Departamento Pedagógico (Deped)/Secretaria Municipal de Educação (Seduc).	Serviço Social do Comercio (SESC). Centro Social Marista Lar Feliz (Grupo Marista) Organização para a Educação Pré-Escolar (OMEPE); Universidades locais. Departamento de Planejamento (DEPLAN); Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).
					Implantar o Currículo Santista à luz dos documentos Homologados BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e Currículo Paulista.	Concluído	12/02/18	03/02/20	Nada consta. Não houve necessidade de aporte financeiro para elaborar o "novo" currículo. Foi uma análise pedagógica feita a partir de proposta e estudos do Departamento Pedagógico(DEPED), com a participação dos demais setores com viés Pedagógico da Secretaria de Educação: DEPLAN(Departamento de Planejamento), COSUP(Coordenadoria de Supervisão).	Departamento Pedagógico (DEPED)/ Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).	Coordenadoria de Supervisão(COSUP); Departamento de Planejamento(DEPLAN)/ Secretaria Municipal de Educação.
					Garantir escolas com infraestruturas adequadas, possibilitando espaços de aprendizagem diversificados e motivadores.	Concluído / Permanente	01/02/18	12/12/22	Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação. Fonte 2- Secretaria Estadual de Educação. Fonte 6- Termo de Responsabilidade de Implantação de medidas Mitigadoras e ou Compensatórias (TRIMMC). Fonte 5 - Recursos Federais - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN).	Departamento Administrativo Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações (SIED); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano(SEDURB); Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN); Gabinete do Prefeito Municipal (GPM); Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESERP); Empresas parceiras.
					Intensificar o Projeto Estratégico de Ação (PEA) com vistas a minimizar os impactos da pandemia no processo educativo e iniciar a recomposição das aprendizagens discentes.	Concluído/ Permanente	04/02/21	11/03/21	Fonte 1 - Secretaria Municipal de Educação.	Departamento Pedagógico (DEPED)/ Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).	Secretaria Municipal de Educação.
					Implantação do Programa Conecta Educador, com vistas à concessão de auxílio financeiro aos profissionais da rede municipal de ensino para aquisição de computador ou tablet.	Concluído	11/12/20	06/04/21	Dotações orçamentárias próprias da SEDUC.	Secretaria Municipal de Educação (Comissão interna instituída).	Secretaria Municipal de Gestão e Secretaria Municipal de Finanças.
					Implementar o Plano de Recomposição das Aprendizagens, que contempla a oferta do PEA, na modalidade de bidocência, isto é, com mais 1 professor em classe; o programa federal Tempo de Aprender (exclusivo para 1º e 2º ano); e os Quintais de Aprendizagem, cuja proposta prevê o reagrupamentos por níveis de proficiência, visando à construção dos saberes necessários ao pleno desenvolvimento discente.	Concluído	03/01/22	01/12/22	Fonte 1 - Secretaria Municipal de Educação.	Departamento Pedagógico (DEPED)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).	Secretaria Municipal de Educação.
Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.											

Tabela 53 - Educação de qualidade: Educação Infantil (pré-escola) - Baixa proficiência de conhecimentos necessários em Matemática e Língua Portuguesa

4.11 Educação de qualidade: Mais de uma área - Educação

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA											
21	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:		Secretaria Municipal de Educação - SEDUC								
	ÁREA TEMÁTICA:		Educação de qualidade								
	SUBTEMA:		Mais de uma área - Educação								
	PROBLEMA CENTRAL :		Necessidade de ampliação de vagas na educação integral para o ensino fundamental I e II.								
	OBJETIVO DE IMPACTO :		Ampliar o número de vagas oferecidas de modo a garantir a permanência do aluno do Fundamental I e II, em tempo integral.								
	PRIORIDADE:		Alta								
	ODS associado:		4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE								
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS		METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
Ampliar em 29,51% o número de vagas para atendimento em tempo Integral na demanda de Ensino Fundamental I e II, elevando o atendimento de 6312(2019) para 8175(até 2024). Este valor corresponderá a 42% do atendimento na rede municipal que hoje é de 19.464 alunos; Histórico: 2014 – 6.454 alunos atendidos – 33,56% 2015 - 6.012 alunos atendidos – 31,10% 2016 - 6.263 alunos atendidos – 32,29% 2017 – 7.781 alunos atendidos – 39,22% 2018 - 6.334 alunos atendidos – 31,31% 2019 – 6.312 alunos atendidos – 32,43% 2022 - 6.580 alunos atendidos - 33,73% Em 2020, devido à pandemia e ao ensino exclusivamente remoto, os esforços concentraram-se na manutenção, tanto da qualidade da oferta da educação integral quanto da quantidade de alunos atendidos. Em 2021, com o retorno paulatino do ensino presencial, as ações inicialmente caminharam no sentido de assegurar a qualidade e a quantidade do atendimento, mas já houve novas ações visando à ampliação da oferta - novo núcleo Jabaquara, que atende alunos das UMEs Therezinha Pimentel e Rubens Lara, e mesmo estudos para transformar UME José Bonifácio em híbrda, passando a atender 60 novos alunos na ampliação da jornada; o núcleo Jabaquara ampliou atendimento para 100 novos alunos; iniciou-se o estudo para, em 2023, a UME José Genésio tornar-se híbrida.		4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos	Número de escolas adaptadas para atendimento à demanda. Números de escolas construídas possibilitando o atendimento da demanda sem que se diminua a disponibilização de vagas. Número de parcerias com instituições (Organização da Sociedade Civil - OSC) e equipamentos públicos (Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Cultura).	Secretaria Escolar Digital – SED (programa do Governo Estadual de livre acesso a dados básicos) https://sed.educacao.sp.gov.br Inep – Censo Escolar (http://www.inep.gov.br) Qedu (https://www.qedu.org.br) Sistema Integrado De Gestão Escolar(SIGES)/ Departamento de Planejamento (DEPLAN)/ Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).	Adequar escolas para atendimento em período integral.		11/12/1411/12/24		Fonte 1 - Departamento Administrativo e de Infraestrutura (DEAFIN)/ Secretaria Municipal de Educação(SEDUC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado Na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura. Fonte 6- Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ ou Compensatórias (TRIMMC)	Secretaria Municipal de Educação	Gabinete do Prefeito Municipal (GPM); Secretaria Municipal de Finanças (Sefin); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Sedurb); Secretaria de Infraestrutura e Edificações (Siedi); Secretaria Municipal de Esportes (Semes); Secretaria Municipal de Cultura (Secult); Iniciativa Privada.
					Construir escolas para atendimento em período Integral. Em 2019, previsão de inauguração de 3 unidades de educação. Sendo uma de Ensino fundamental a inaugurar em 23 de novembro de 2019, com oferta de 230 vagas em período integral (UME JABAQUARA OK) e duas outras até janeiro de 2020 que atenderam Educação Infantil (Penha e São Bento).		11/12/1428/06/21		Fonte 1 - Departamento Administrativo e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Fonte 6 - Termo de Responsabilidade de Implantação De medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (TRIMMC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura.	Secretaria Municipal de Educação	Gabinete do Prefeito Municipal (GPM); Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDURB); Secretaria de Infraestrutura e Edificações (SIEDI); Iniciativa Privada.
					Ampliar atendimento em período integral através da utilização de espaços de outras Secretarias (Esporte ou Cultura) visando o contraturno escolar e/ou com Organizações da Sociedade Civil (OSC) que ofertem vagas em período integral.		01/08/1611/12/24		Fonte 1 - Departamento Administrativo e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura. Fonte 6- Termo de Responsabilidade De Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (TRIMMC).	Gabinete da Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Esportes (SEMES); Secretaria Municipal de Cultura (SECULT).
Atualização* Ofertar 75% das vagas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II em Tempo Integral até 2024.											
Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.											

Tabela 54 - Educação de qualidade: Mais de uma área - Educação

4.12 Educação de qualidade: Cultura

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA										
13	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Cultura - SECULT								
	ÁREA TEMÁTICA	Educação de qualidade								
	SUBTEMA:	Cultura								
	PROBLEMA CENTRAL :	Inexistência de vagas destinadas, caso haja demanda reprimida, exclusivamente para atendimento à adolescentes, cumprindo medidas socioeducativas								
	OBJETIVO DE IMPACTO :	Destinar 10% do total de vagas, em cada um dos diversos cursos oferecidos na Secretaria de Cultura, independente de modalidade, para atendimento à adolescentes cumprindo medidas socioeducativas.								
	PRIORIDADE:	Alta								
	ODS associado:	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE								
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
Reserva de 10% de vagas em cada um dos diversos cursos oferecidos pela Secretaria de Cultura, independente da Modalidade, para adolescentes cumprindo medidas Socioeducativas.	4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, da promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania local, e da valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	Quantidade de registros/ano de adolescentes Encaminhados.	Relatório/Planilha com a quantidade de encaminhamentos pela Secretaria de Desenvolvimento Social por meio da Coordenadoria de Proteção Social - Média Complexidade (COPROS-MC)/ Departamento de Proteção Social Especial (DEPROS -E)/ Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) e/ou requisitados Pelo Conselho Tutelar.	Capacitar agentes públicos culturais através de uma política pública que tenha por objetivo construir, junto aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, além de apropriados conceitos de vida, educação e comportamento, uma relação Sem estigmas, buscando o fortalecimento dos princípios de convivência social através das atividades culturais e auxiliando-o através do desenvolvimento de habilidades pessoais e culturais projetar meios de ressocialização prazerosa. O problema apontado já foi superado, com o atendimento de todas as demandas encaminhadas por funcionários ligados à SEDS, independente do período do ano. Observação: o problema apontado já foi superado, com o atendimento de todas as demandas encaminhadas por funcionários ligados à SEDS, independente do período do ano.	Em andamento / ação contínua	18/11/22	11/12/24	Fonte 1- Departamento de Formação e Pesquisa Cultural (DEFORPEC)/Secretaria Municipal de Cultura	Departamento de Formação e Pesquisa Cultural (DEFORPEC)/ Secretaria Municipal de Cultura (SECULT).	Ministério Publico (MP); Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Cultura (SECULT), Departamento de Proteção Social Especial (DEPROS-MC)/Coordenadoria de Proteção Social - Média Complexidade (COPROS-MC)/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS), Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania.
Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.										

Tabela 55 - Educação de qualidade: Cultura

4.13 Educação de qualidade: Esporte e Lazer

										PREFEITURA DE Santos				
Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA														
14	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:		Secretaria Municipal de Esportes - SEMES											
	ÁREA TEMÁTICA:		Educação de qualidade											
	SUBTEMA:		Esporte e Lazer											
	PROBLEMA CENTRAL :		Baixa oferta ou nenhuma, de atividades esportivas e/ou lazer mensal, 04 à 18 anos, em territórios de alta vulnerabilidade. Atualmente são 07 territórios nesta classificação, 03 são atendidos com Poliesportivos ou Vilas Criativas.											
	OBJETIVO DE IMPACTO :		Aumentar a oferta de projetos/programas/ações voltados para atividades esportivas e lazer, nas áreas classificadas como de alta vulnerabilidade.											
	PRIORIDADE:		Média											
	ODS associado:													
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS		METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS			
Realizar estudo para avaliar a retomada na participação em ações que envolvem outras Secretarias no que diz respeito aos atendimentos nos territórios de alta vulnerabilidade social (Piratininga, São Manoel, Rádio Clube, Saboó, Morros, Vila Nova e Paquetá), para assim aumentar a participação nessas áreas em questão. Além das atividades ordinárias, há atualmente mais atividades esportivas apoiadas nesses locais (4 em 2022, e 3 em 2019), porém sem aumento na cobertura de bairros nessas condições.		4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, da promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, e da valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	Número de ações ofertadas nas áreas em questão. -Índice de interesse e participação de crianças e adolescentes nas atividades de esporte e Lazer oferecidas.	Verificação do cumprimento do cronograma através de relatório com registros fotográficos, relatório de Atividade e escritos Tabulados, das participações e atividades ofertadas. -Lista de Participação. -Publicações de Reportagens sobre as atividades(antes ou depois) no Diário Oficial e/ou outros meios de comunicação.	Realizar estudo para verificar a viabilidade de atendimento nos locais em questão: I) seja através de apoio; II) seja em conjunto com outras Secretarias; III) seja implementando atividades ordinárias; IV) seja através de atividades itinerantes.		Em andamento		01/02/17		11/12/24	Fonte 1 - Departamento de Atividades e Eventos Esportivos- DEATIV/Secretaria Municipal de Esportes Fonte 6- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).	Secretaria Municipal de Esportes	Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social(SEDs), Conselho Municipal de Esportes (CME); Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CMDCA), Fundo Municipal das Crianças e do Adolescente (FMDCA), Ministério Público - Promotoria da Vara da Infância e da Juventude; Sindicato dos Empregados Terrestres em Transportes Aquaviários e Operadores Portuários do Estado de São Paulo/SETTAPORT. Organizações da Sociedade Civil. Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).
Retomar as atividades itinerantes em áreas de alta vulnerabilidade social*, segundo o Índice Paulsita (IPVS) de Vulnerabilidade Social, que não recebem atividades ordinárias de Esporte ou Lazer https://ipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf		4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, da promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, e da valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	Cumprimento de cronograma mensal. - Índice de Participação da comunidade para faixa Etária proposta.	Verificação do cumprimento do cronograma através de relatório com registros Fotográficos, relatório de atividade e escritos tabulados , das participações e atividades Ofertadas. - Lista de participação. - Publicações de reportagens sobre as atividades (antes ou depois) no Diário Oficial e/ou outros meios de comunicação.	Elaborar Cronograma, mensal, para atuação com ruas de lazer nestes Territórios.		Em análise		30/11/22		10/12/24	Fonte 1- Departamento de Atividades e Eventos Esportivos (DEATIV)/Secretaria Municipal de Esportes (SEMES).	Gabinete da Secretaria Municipal de Esportes Seção de Escolas de Monitoria de Lazer Esportivo(SEMOL) Departamento de Atividades e Eventos (DEATIV)	Subprefeitura dos Morros(SupMorros) Companhia de Engenharia de Tráfego(CET) Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).

Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.

Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.

Tabela 56 - Educação de qualidade: Esporte e Lazer

4.14 Gestão das políticas e controle social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA										
23	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente								
	ÁREA TEMÁTICA:	Gestão das políticas e controle social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes								
	SUBTEMA:	Gestão das políticas e controle social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes								
	PROBLEMA CENTRAL :	Baixa participação popular da Sociedade Civil nas assembleias/Fórum/Encontros promovidos pelo CMDCA/Santos.								
	OBJETIVO DE IMPACTO :	Aumentar a participação popular da Sociedade Civil nos espaços de encontro promovidos pelo CMDCA/Santos								
	PRIORIDADE:	Alta								
	ODS associado:									
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
Aumentar para 11,5% a participação de pessoas da sociedade civil organizada ou não, entes públicos e privados, em relação a quantidade de 44 Conselheiros eleitos, bienalmente, para a composição do CMDCA, nas reuniões e afins, de modo a assegurar maior participação popular no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e consequentemente nos processos de formulação, questionamento, efetivação, controle, acompanhamento e avaliação das políticas públicas relacionadas ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Observa-se aumento significativo das participações dos conselheiros(as), assim como houve aumento expressivo na participação da sociedade civil, que não faz parte de nenhum conselho municipal. Adesão a modalidade de reuniões remotas/virtuais aumentou, aproximadamente, em 95% as participações nas reuniões de forma geral.	16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	Índice de comparecimento e efetiva participação nas atividades propostas: reuniões, conferências, simpósios, fóruns, assembleias, seminários. Participação em questionamentos, alegações, argumentações, sugestão de tópicos para a formulação de propostas nas atividades colaborativas diversas (assembleias ordinárias, extraordinárias, fóruns, simpósios, conferências, seminários e afins). Participação efetiva da sociedade, através das instituições devidamente credenciadas, na elaboração apresentação e execução de projetos/programas que visem efetivar a garantia de direitos de crianças e adolescentes.	Anais de conferências, simpósios, fóruns, seminários, assembleias. Atas de reuniões de assembleias. Lista de presença.	Alimentar a página web do CMDCA.	Ação contínua	06/09/19	11/12/24	Fonte 1- Seção de Apoio Financeiro e Controle Orçamentário (SAFICO)/Secretaria Municipal de Governo (SEGOV). Fonte 6 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). Seção de Apoio aos Fundos Municipais (SEAFUM).	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), através de Deliberação em Assembleia.	Diretoria de Comunicação (DICOM); Departamento de Tecnologia (DETIC) - Secretaria Municipal de Gestão (SEGES); Ouvidoria, Transparência e Controle (OTC); Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA); Coordenadoria da Juventude (COJUV)/SEDES Seção de Participação Comunitária (SEPACOM)/Departamento de Articulação (DEARTI) - Secretaria Municipal da Mulher, Cidadania e dos Direitos Humanos (SEMULHER).
				Fomentar de forma constante e ininterrupta a Participação da população em instrumentos de Promoção da Cidadania: conferências, audiências públicas, Fóruns, oficinas, cursos, seminários e afins.	Ação contínua	16/08/17	12/12/24	Fonte 1- Seção de Apoio Financeiro e Controle Orçamentário (SAFICO)/Secretaria Municipal de Governo (SEGOV). Fonte 6 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). Seção de Apoio aos Fundos Municipais (SEAFUM).	Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).	Seção de Participação Comunitária (SEPACOM)/Departamento de Articulação (DEARTI) da Secretaria Municipal da Mulher, Cidadania e dos Direitos Humanos (SEMULHER). Coordenadoria da Juventude (COJUV)/Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS).
Matriz revisada 2018 - Incluído status 2022 e atualizada 2023.										

Tabela 57 - Gestão das políticas e controle social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes

5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/files/portal_files/noticias/boletim_5-2023_final-set2023.pdf
- <https://www.santos.sp.gov.br/?q=portal/mae-santista>
- <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/casa-das-anas-santista-ganha-replica-em-santa-catarina>
- <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/santos-inicia-plano-para-obter-selo-prefeito-amigo-da-crianca>
- https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conselhos/CMDCA/diagnostico_da_cca_e_adol._de_santos_final_rev_.atualizado.pdf
- https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conselhos/CMDCA/diagnostico_da_cca_e_adol._de_santos_final_rev_.atualizado.pdf
- <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/05/censo-2022-revela-adensamento-periferico-e-populacao-quilombola-na-regiao-metropolitana-da-baixadasantis-ta#:~:text=Na%20RMBS%2C%204%20munic%C3%ADpios%20t%C3%AAm,Mon-gagu%C3%A1%20e%2019%20em%20Santos>
- <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/05/censo-2022-revela-adensamento-periferico-e-populacao-quilombola-na-regiao-metropolitana-da-baixada-santis-ta#:~:text=Na%20RMBS%2C%204%20munic%C3%ADpios%20t%C3%AAm,Mon-gagu%C3%A1%20e%2019%20em%20Santos>
- https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conselhos/plano_de_acao_municipal_-_santos_pela_primeira_infancia_-_livreto.pdf
- <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/casa-das-anas-santista-ganha-replica-em-santa-catarina>
- <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/casa-das-anas-atende-46-mulheres-em-dois-anos>
- <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>
- <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/educacao/noticia/2021/09/17/projeto-de-lei-propoe-fazer-busca-ativa-domiciliar-de-alunos-faltosos-em-santos.ghtml>
- <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/busca-ativa-para-combater-evasao-escolar-se-torna-politica-publica-em-santos>
- <https://www.santos.sp.gov.br/?q=portal/ods-santos-2030>

6 SIGLÁRIO

BPC: Benefício de Prestação Continuada

CMDCA: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

COGESUAS: Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

CREAS-ZL: Centro de Referência da Assistência Social - Zona Leste

CREAS-ZNO: Centro de Referência da Assistência Social - Zona Noroeste

FMDCA: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NIAS: Núcleo de Integração e Assistência Social

OCA: Orçamento Criança e Adolescente

ODS: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONU: Organização das Nações Unidas

OSC: Organização da Sociedade Civil

PAEFI: Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PME: Plano Municipal de Educação

PMIA: Plano Municipal para a Infância e Adolescência

PPAC: Programa Prefeito Amigo da Criança

SGDCA: Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

SINAN: Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUS: Sistema Único de Saúde

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cuidar da infância e juventude, é dever de todos.

E quando falamos de infância, não falamos apenas de nossos próprios filhos e filhas, netos e netas, nossos sobrinhos e sobrinhas, primos e primas. Mas, sim, de todas as crianças e adolescentes de nossa sociedade.

E só venceremos esta batalha com o engajamento e participação de todos os setores que compõem uma nação. Neste processo, a colaboração de cada um é importante. Por isso vamos nos unir para construir uma sociedade que seja mais justa e igualitária para todos. Que reconheça o dever de colaborar para que nossas crianças e adolescentes cresçam livres de mazelas sociais, de discriminação, de exploração, de violência. Onde todos tenham direito à liberdade, ao respeito, à dignidade, ao lazer, ao esporte, à educação e saúde de qualidades, à cultura, à convivência familiar e comunitária, à moradia.

Uma sociedade que se incomoda, cuida e tem a consciência da importância que é preciso promover, proteger e defender, a infância e a adolescência, é uma sociedade que acredita num futuro de adultos promissores.

“Educai as crianças para que não seja necessário punir os adultos.” Pitágoras

Prefeitura Municipal de Santos - PMS

PLANO MUNICIPAL

PARA

A

INFÂNCIA

E A

ADOLESCÊNCIA



SANTOS

2023

(Revisão)

